

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Natália Aparecida Romualdo

A UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIADA À CREDIBILIDADE NO PROGRAMA
RONDA POLICIAL

Juiz de Fora
Março de 2016

Natália Aparecida Romualdo

**A UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIADA À CREDIBILIDADE NO PROGRAMA
RONDA POLICIAL**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof.Ms. Ricardo Bedendo

Juiz de Fora
Março de 2016

Natália Aparecida Romualdo

A credibilidade associada à utilidade pública no programa Ronda Policial

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof.Ms. Ricardo Bedendo
(FACOM/UFJF)

Aprovado (a) pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof.Ms. Ricardo Bedendo (FACOM/UFJF) - orientador

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (FACOM/UFJF) – convidado

Prof.Ms. Christiane Paschoalino (FACOM/UFJF) – convidada

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20 ____.

A Maria Aparecida e Geraldo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar forças para iniciar e concluir mais essa jornada. Não poderia deixar de agradecer, ainda, aos meus pais, Maria Aparecida e Geraldo, pelo amor e apoio incondicionais. À minha família e amigos, minha eterna gratidão pela compreensão e pelos momentos de aprendizado e descontração. Como deixar todas as pessoas que foram minhas fontes de lado em um momento importante como esse? Além de todas as fontes que me ajudaram no decorrer do curso, incluo aqui, também, as que foram fundamentais para que esse trabalho pudesse ser executado. Obrigada Paulo César Magella, Gláucio Grigori, Vanesca Dias, Regina Campos, Ricardo Ribeiro, Claudia Figueiredo, Wilson Cid, Marcelo Lima e Maurício Oliveira. Obrigada pela paciência e contribuição a fim de que eu me tornasse uma pessoa e uma jornalista melhor.

Uma vez, um professor chamado Márcio Guerra disse que a gratidão é um dos mais importantes sentimentos que devemos carregar conosco. Essas palavras me tocaram profundamente e creio que as levarei no coração por toda a vida. Sendo assim, não poderia deixar de expressar gratidão aos funcionários da Facom, em especial ao Jaime, ao Gilmar, ao Humberto, ao Paulo Avezani e aos

bolsistas que tanto contribuíram durante os mergulhões (principalmente durante o mergulhão de rádio). Também preciso agradecer aos meus irmãos de jornada, amigos nas horas boas, das caronas e do desespero típico do mergulhão. Não sei como o caminho teria sido sem vocês, Ana Carolina Silva, Roberta Oliveira, Talita Balzo e Josimar Silva. Saibam que me orgulho de cada um de vocês e dos jornalistas que vocês são.

Obrigada às minhas irmãs de coração, Bárbara Fonseca e Rayla Camillo, pelas conversas e incentivo para que eu sempre seguisse em frente e concluísse a faculdade e à Rosangela Fonseca, pelo acolhimento e conselhos.

Por fim, deixo meu eterno agradecimento aos professores que tanto me ensinaram dentro e fora das salas de aula. Márcio Guerra e Ricardo Bedendo: obrigada pelas oportunidades e confiança.

Deixo a faculdade com a sensação de “missão cumprida” e levarei no coração todas as suas broncas e “puxões de orelha”, assim como os ensinamentos. Obrigada por me tratarem não como uma simples aluna, mas como uma profissional.

Despeço-me temporariamente da Facom, não com tristeza, porque sei que voltarei em breve. Hoje, posso dizer, com orgulho, que a Natália que está saindo da faculdade é um ser humano muito melhor do que a Natália que entrou.

Esse não é o fim da jornada. É apenas o começo.

O jornalismo é o grande produto do rádio brasileiro [...] pois é um veículo imediato, que oferece informações constantemente e na hora em que acontecem.

(PONTES apud Ferraretto, 2000, p.175)

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar o conteúdo do programa Ronda Policial, atualmente veiculado todos os dias, na Rádio CBN JF. O intuito é descobrir se é possível que um programa de rádio de caráter popular e que seja voltado para a prestação de serviços trabalhe o conceito de utilidade pública sem se enveredar pelo sensacionalismo. Outra questão investigada é se jornalismo e utilidade pública estão atrelados e como eles se inter-relacionam no rádio, em especial em um programa que trabalha com a área policial/segurança pública. O objetivo do trabalho é descobrir, também, quais os desafios e responsabilidades dos jornalistas que atuam nessa área. As investigações foram feitas a partir da análise de sete programas (do dia 19 de junho ao dia 30 desse mês) e de entrevistas com algumas pessoas que fizeram e ainda fazem parte dessa história.

Palavras-chave: Utilidade pública. Sensacionalismo. Credibilidade. Radiojornalismo. Ronda Policial. Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 RÁDIO E JORNALISMO: UMA SINTONIA PARA O BEM ESTAR SOCIAL	12
2.1A HISTÓRICA FORÇA DA UTILIDADE PÚBLICA NO RÁDIO	17
2.2 CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS ÉTICOS NA PRODUÇÃO E NA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO RÁDIO	19
3 CREDIBILIDADE E UTILIDADE PÚBLICA NA COBERTURA DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: DEBATES E DESAFIOS	23
3.1 DO JORNALISMO POLICIAL AO JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA	32
3.2 O DEBATE SOBRE O SENSACIONALISMO E O JORNALISMO POPULAR	
3.3 INTERESSE PÚBLICO X INTERESSE DO PÚBLICO	35
4 A CREDIBILIDADE ASSOCIADA A UTILIDADE PÚBLICA NA RONDA POLICIAL: UMA HISTÓRIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO JORNALISMO	39
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	65

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com todos os avanços tecnológicos, temos a hipótese de que a força do rádio não foi suplantada por nenhum outro meio de comunicação. Nesse sentido, nossos estudos nos direcionam a pensar que o advento de todas as plataformas midiáticas de hoje (internet, televisão, jornal impresso) contribuiu, de alguma forma, para que o rádio se reinventasse e se adaptasse às “adversidades”, buscando, dessa forma, maneiras diversas de manter a audiência sempre cativa.

Nesse percurso, o radiojornalismo nos ajuda a problematizar relações e experiências com produções que transitam por diferentes editorias. No nosso caso, optamos pela aproximação com a policial, agora pautada por muitos teóricos, como de segurança pública. Também problematizamos, durante nossa trajetória de pesquisa bibliográfica, o fato de que alguns meios de comunicação são apontados e criticados por utilizarem a prática do sensacionalismo para chamar a atenção do público, principalmente quando envolvidos com a divulgação das notícias da área de segurança pública.

Entretanto, o sensacionalismo é uma ferramenta empregada há muito tempo, sendo mostrado de maneiras diferentes à medida que a plataforma é também diferente. Trata-se, de outra forma de transmissão de conteúdo. Para a literatura crítica, o objetivo desse recurso, porém, é sempre o mesmo: causar comoção no espectador, prendê-lo diante do rádio ou da televisão, aumentar a audiência e, conseqüentemente, os lucros financeiros.

Como forma de ilustrar nossas problematizações teóricas, o presente trabalho analisa a Ronda Policial, um programa tradicional no rádio juiz-forano, veiculado, atualmente, na Rádio CBN. Sou ouvinte do programa e fui estagiária da Rádio durante um ano e sete meses, motivo esse que também fomentou o presente estudo.

Partimos também da hipótese de que essa produção alia a utilidade pública ao jornalismo e, por isso, uma das questões investigadas foi a forma como o programa conquistou e consolidou a sua credibilidade no decorrer dos anos. Outra ideia discutida é referente a ser ou não possível um conteúdo de caráter popular e de segurança pública sem cair nas armadilhas do sensacionalismo.

Para a realização desta pesquisa, que ainda se apresenta como histórica e documental, foram promovidas entrevistas com alguns dos jornalistas que fizeram e ainda

fazem a história da Ronda. São eles: Paulo César Magella, Ricardo Ribeiro, Claudia Figueiredo, Glaucio Grigori, Maurício Oliveira, Marcelo Lima, Vanesca Dias, Regina Campos e o jornalista Wilson Cid, que contribuiu para que um pouco da trajetória da Ronda Policial fosse narrada nesse trabalho. Também analisamos, durante sete dias, de 19 a 30 de junho, os programas veiculados, a fim de promover uma investigação minuciosa e buscar esclarecimentos concisos sobre as questões levantadas por esse trabalho.

No primeiro capítulo foi feita uma breve narrativa da história do rádio e também refletimos sobre como a utilidade pública se constitui uma ferramenta importante para esse meio de comunicação. Além disso, investigamos as características e os desafios éticos na produção e na produção e na divulgação das informações no rádio.

No segundo capítulo a história do jornalismo policial foi brevemente relatada. Também foi abordada a diferença entre jornalismo popular e o sensacionalismo, assim como a diferenciação entre interesse público e interesse do público.

Já no último capítulo é a análise das entrevistas com os profissionais que compuseram e ainda compõem a Ronda e, também, dos programas selecionados.

2 RÁDIO E JORNALISMO: UMA SINTONIA PARA O BEM ESTAR SOCIAL

Amigo de todas as horas, o rádio se faz presente em diversos momentos da história da humanidade. No Brasil, ao longo de seus de 93 anos de vida, esse tradicional meio de comunicação enfrentou e ainda tem pela frente muitos desafios. Se olharmos sob o ponto de vista de reformulação de suas técnicas e de seus conteúdos, diante dos avanços da tecnologia e das demandas sociais, veremos o quanto é rica em conhecimento essa trajetória.

De acordo com Moreira (2000) além de ser uma ferramenta utilizada tanto para o lazer e entretenimento, quanto para a informação e a denúncia, o rádio é também um convite à pesquisa acadêmica.

Uma breve contextualização de sua história pode nos ajudar a entender melhor algumas de suas características, em especial às relacionadas ao jornalismo, que é o gênero que mais nos interessa nesse trabalho. Ferraretto (2000) explica que os estudos para o desenvolvimento dessa tecnologia começaram em, aproximadamente, 1830, quando já existiam o telefone e o telégrafo. Segundo o autor, as pesquisas se basearam naquelas que haviam sido feitas para a criação desses dois aparelhos de comunicação e na existência de ondas eletromagnéticas. Para Ferraretto (2000), embora se atribua a invenção do rádio ao italiano Guglielmo Marconi, a radiodifusão sonora é resultado dos esforços de vários pesquisadores em diferentes regiões do mundo.¹

Pimentel (1999) destaca que, as primeiras transmissões radiofônicas regulares ocorreram em Petesburgo, Pensilvânia, em 1920. Para justificar esse fato, Ferraretto (2000) explica que, após a Primeira Guerra Mundial, as indústrias de eletrônicos norte-americanas viram a oportunidade perfeita para expandir seu mercado, uma vez que os países europeus ainda se encontravam sob os efeitos do grande conflito. E foi desse modo que o rádio chegou ao Brasil.

¹ De acordo com informações do site Jornal GGN, “a patente da invenção do rádio está devidamente creditada ao italiano Guglielmo Marconi, no entanto, anos antes dele, um padre brasileiro havia feito a primeira transmissão da voz humana por meio das ondas radiofônicas. [...] Em 1894, apesar de transmitir um comunicado por vários quilômetros, na cidade de São Paulo, a sua invenção foi vista com desconfiança, porque muitos religiosos o acusavam de praticar feitiçarias e, por isso, o seu experimento não teve a visibilidade que merecia. Após muitos anos, Landell de Moura conseguiu patentear seu equipamento no Brasil e nos Estados Unidos.” Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/o-padre-landell-de-moura-e-a-invencao-do-radio>. Acesso em 10 de março de 2016, às 13:46.

A primeira transmissão radiofônica em território brasileiro aconteceu em 7 de setembro de 1922, em comemoração aos 100 anos de Independência do país. De acordo com Moreira (2000), o fato ocorreu durante a exposição, no Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário e contou com um discurso do então presidente Epitácio Pessoa. Ferraretto (2000) ressalta que essa primeira demonstração pública foi promovida pela Westinghouse Electric Corporation, graças ao pedido feito pela Repartição Geral dos Telégrafos.

O público presente à inauguração do evento escutou as transmissões por meio de alto-falantes. Além disso, a Westinghouse distribuiu 80 receptores às autoridades civis e militares. Assim, o som das emissões foi captado em diversos pontos da então capital federal, como o Palácio do Catete e alguns prédios públicos. Foram transmitidos discursos do presidente da República, Epitácio Pessoa, além de trechos de O Guarani, de Carlos Gomes, apresentado no Teatro Municipal, que chegaram a ser ouvidos em outros estados [...] (FERRARETO, 2000, p.94)

Nesse contexto, Moreira (2000) destaca que foi apenas no ano seguinte que o rádio começou a se firmar em solo brasileiro, através da criação da Rádio Sociedade, pelo antropólogo, escritor e etnólogo Edgar Roquette Pinto, mais precisamente em 20 de abril. Foi nesse primeiro momento que ganhou ênfase uma das mais importantes características do veículo. Pimentel (1999) explica que por Roquette acreditar que era essencial transmitir cultura e educação para toda a população, em seus primórdios o rádio brasileiro possuía o viés essencialmente educativo.

Ferraretto (2000) acrescenta que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro se constituía como idealista, uma vez que possuía o slogan “Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”. O autor recorda que na fase de implantação do rádio, compreendida de 1924 a 1926, na Rádio Sociedade já surgiam as primeiras tentativas de transmissão de conteúdo informativo aos ouvintes, através do Jornal da manhã, do Jornal da tarde e do Jornal da noite, os quais já abordavam questões do cotidiano da época, esportes, assuntos femininos e domésticos, entre outros.

No entanto, Moreira (2000) ressalta que, com o decorrer dos anos, o rádio se modificou e assumiu a transmissão de programas de cunho popular, buscando atingir diferentes públicos, incluindo o infantil e sua programação também passou a ser financiada pela publicidade. Além disso, a disseminação radiofônica também passou a ser incentivada pelo governo.

Conforme Sousa e Lopes (apud KASEKER, 2012), o grande investimento do governo aconteceu na década de 1930, quando Getúlio Vargas instaurou o Decreto de Lei nº 21.111, de 1º/março/1932, regulamentando, assim, a publicidade e permitindo que a programação das rádios possuísse 10% de propaganda, o que marcou o surgimento do rádio comercial brasileiro.

Ainda na década de 1930, o caráter político do rádio ganhou ênfase, especialmente com o movimento que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, através do qual os brasileiros exigiam uma nova Constituição. Na opinião de Ferraretto (2000), o rádio se fortaleceu ainda mais, uma vez que se manteve ativo e esteve presente durante todo o movimento, como estratégico recurso de comunicação. Foi também a partir desse momento, que o veículo se mostrou como ferramenta publicitária poderosa e altamente rentável.

Durante esse período surgiu, ainda, o programa *A Hora do Brasil*, hoje com o nome de *A Voz do Brasil*. Segundo Toledo (2011), essa produção se constituiu como um importante passo na consolidação do radiojornalismo. Diariamente, o programa noticioso obrigatório era veiculado durante uma hora.²

Em meio ao cenário efervescente de 1932, Toledo (2011) revela que nasceu o radiojornalismo na cidade de São Paulo. Porém, esse jornalismo possuía grande dose de parcialidade. Alguns elementos jornalísticos estavam intrínsecos no rádio desde a sua criação. Mas, durante a Revolução, esse meio de comunicação foi utilizado para chamar os brasileiros para o movimento. Inclusive, César Ladeira, locutor da Rádio Record, ganhou a fama de incitar a população a pegar em armas e ir para a rua.

Moreira (2000) destaca que a publicidade influenciou na inserção concreta de conteúdo jornalístico na programação radiofônica. Um dos marcos desse processo foi o radiojornal Repórter Esso, pelas ondas da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. O programa ficou no ar durante 27 anos (1941-1968) e até hoje é apontado como uma das maiores referências do radiojornalismo brasileiro, principalmente por ter contribuído para solidificar uma importante característica para o meio, para os jornalistas e os radialistas: a credibilidade da informação.

² De acordo com o portal da EBC Serviços, o qual produz atualmente o programa, “a Voz do Brasil está no ar há mais de 70 anos. O objetivo é levar informação aos cidadãos dos mais distantes pontos do país. O programa tem uma hora de duração. Os primeiros 25 minutos são produzidos pela EBC Serviços e levam aos cidadãos as notícias, de seu interesse, sobre o Poder executivo. Os demais 35 minutos são divididos e de responsabilidade dos Poderes Judiciário e Legislativo.” Disponível em: <http://conteudo.ebcservicos.com.br/> Acesso em: 13 de setembro de 2015, às 22:57.

Ferraretto (2000) corrobora com essa ideia e aponta que o Repórter Esso atribuiu à Segunda Guerra Mundial outra dimensão, uma vez que a cobertura do conflito era promovida durante a programação. Além disso, os textos de abertura do programa possuíam um tom musical o que, de acordo com o autor, ficou registrado na mente de vários brasileiros. Eram textos como:

- Prezado ouvinte, bom dia. Aqui fala o *Repórter Esso*, testemunha ocular da história, apresentando as últimas notícias da UPI.” (MCCANN-ERICKSON apud FERRARETO, 2000, p. 78). Ou: [...] - Prezados ouvintes, bom dia. Aqui fala o *Repórter Esso*, porta-voz radiofônico dos revendedores Esso, apresentando as últimas notícias da UPI.” (MCCANN-ERICKSON PUBLICIDADE apud FERRARETTO, 2000, p. 112.)

O autor ainda ressalta que um radiojornal nos moldes do Repórter Esso já existia em cidades onde o poder de influência dos Estados Unidos se sobressaía. Desse modo, em Buenos Aires, Lima, Havana, Nova Iorque e Santiago já transmitiam um radiojornal como o Repórter Esso. Ferraretto (2000, p.45) postula que outra grande contribuição desse jornal para o rádio brasileiro foi “um texto linear, direto, corrido e sem adjetivações, apresentado em um noticiário ágil e estruturado.”

Moreira (2000) acrescenta que, anteriormente à criação do Repórter Esso, as notícias veiculadas nas rádios brasileiras eram recortadas do jornal impresso e lidas da forma como estavam, sem nenhuma adaptação ou tratamento para a linguagem radiofônica. Nesse sentido, a literatura da área entende que outro grande legado deixado pelo radiojornal foi a criação do Manual de Produção, ainda no período no qual o Repórter Esso já era transmitido experimentalmente pela Rádio Farroupilha, de Porto Alegre.

Com esse impulso do radiojornalismo, a década de 1940 se configurou como a Época de Ouro também pelo fato de que outros gêneros radiofônicos ganham força. Toledo (2011) explica os motivos para o rádio ter alcançado o seu apogeu:

Devido à aproximação do Brasil com a cultura norte-americana, devido ao perfil político e econômico mundial da época, o acesso a equipamentos e estruturas mais desenvolvidas, uma programação mais massiva e diversificada ganha força no país. Assim, inicia-se a época de ouro do rádio, em que o entretenimento vira seu grande filão. É época em que o rádio assume uma atmosfera de glamour, que passa a alimentar a imaginação e os sonhos do povo, a ditar comportamentos, moralidades, modismos e produtos culturais através de programas de auditório, humorísticos e radionovelas. A era de ouro do rádio se sustentou durante toda a década de 40 e meados dos anos 50, quando surge um novo meio de comunicação que conquista o público mundo afora: a televisão. (TOLEDO, 2011, p.15)

A chegada da televisão, na década de 1950, foi, então, o momento no qual o rádio se viu desafiado pelo veículo que tinha na imagem o seu maior diferencial. Ferraretto (2000) pontua que, nesse cenário, Francisco de Assis Chateaubriand ganhou destaque, uma vez que ele construiu o maior conglomerado de rede de comunicação da história nacional, com “33 jornais, 25 emissoras radiofônicas, dentre elas a Rádio Tupi, de São Paulo, 22 estações de TV, uma editora, 28 revistas, duas agências de notícias, três empresas de serviço, uma de representação, uma agência de publicidade (...)” (HEARST apud FERRARETTO, 2000, p. 109).

O autor destaca que o aspecto empreendedor de Chateaubriand colaborou para a decadência do rádio no Brasil, uma vez que ele investiu, massivamente, no advento da televisão. No início, o novo meio de comunicação não interferiu nas emissoras de rádio, pois encontrou dificuldades para atrair patrocinadores. Mas, aos poucos, vários profissionais do rádio já estavam migrando para a TV, a verba publicitária havia sido reduzida e vários radialistas foram demitidos após o Golpe Militar de 64.

Barros (2011) se utiliza de uma citação feita por McLuhan para afirmar que nesse momento o rádio foi obrigado a se reinventar para sobreviver. Como o entretenimento se tornou uma ferramenta utilizada pela televisão, o rádio se transformou, então, em uma central de notícias.

Um dos muitos efeitos da televisão sobre o rádio foi o de transformá-lo de um meio de entretenimento numa espécie de sistema nervoso da informação. Notícias, hora certa, informações sobre o tráfego e, acima de tudo, informações sobre o tempo servem agora para enfatizar o poder nativo do rádio de envolver as pessoas umas com as outras. (MCLUHAN apud BARROS, 2011, p. 63)

A autora ainda explica que, a partir de então, o rádio se tornou mais ágil, versátil e transformou fatos do cotidiano em notícias, o que expandiu o conceito de notícia que existia. Para garantir a veiculação das informações foram criados recursos como o gravador magnético, o transistor, as unidades móveis de transmissão.

Na visão de Barros (2011, p.57), a popularização do uso do gravador foi de suma importância, uma vez que permitiu a edição das entrevistas gravadas, a montagem das sonoras e a melhora da qualidade do áudio que era feito pelo repórter na rua. Quanto à relevância do transistor, a autora destaca que foi esse aparelho o qual tornou possível o rádio portátil, na medida em que ocupava pouco espaço e consumia pouca energia. Ferraretto (2000, p.100) também fala sobre o fenômeno da transistorização a partir de 1947: “Deslocado de um lugar de destaque na sala de estar, agora ocupado pelo televisor, o receptor radiofônico passa com a transistorização, em definitivo, a acompanhar os ouvintes.”

Barros (2011, p.54) relata que surgiram, ainda, as Rádios de Frequência Modulada, popularmente conhecidas como FMs. Ela explica que a regularidade de transmissão das Rádios FMs dividiu ainda mais o público do que o advento da televisão. A autora ainda explica que um dos fatos que colaborou para essa segregação é a qualidade sonora, a qual é melhor nas FMs do que a apresentada pelas Rádios AMs. Por atingirem distâncias menores, as FMs se voltaram para a programação musical, permitiram que vozes diferenciadas falassem nos microfones e de maneira mais coloquial e espontânea.

Por outro lado, Toledo (2011) destaca que essas não foram as únicas ferramentas que tornaram possível a sobrevivência do rádio perante à televisão. Ele ressalta que a implantação do radiojornalismo esportivo também foi primordial nesse período da história radiofônica.

O jornalismo no rádio teve desde seu início um forte aliado: o radiojornalismo esportivo. Transmissões de jogos de futebol, de automobilismo, boxe e outros esportes também atraíam o público ouvinte e patrocinadores. O estilo diferenciado de locução, protagonizado pelo primeiro locutor esportivo da época, Nicolau Tuma, consagrou o rádio como um meio de comunicação que consegue transmitir emoção. (TOLEDO, 2011, p. 10)

Ferraretto afirma que (2000) outro artifício que também contribuiu para a renovação radiofônica foi a prestação de serviços ancorada na ideia de utilidade pública.

Contudo, os desafios enfrentados pelo rádio não terminaram com o advento da televisão. Isso porque no final dos anos sessenta, em 1969, durante a Guerra Fria, nasceu a Internet. De acordo com Kempka (2010), seu nome nesse período era “Arphanet”.

[...] nos primórdios da Guerra Fria, com o nome de ArphaNet, computadores ligados em rede já facilitavam a comunicação entre soldados americanos. Mais tarde, a tecnologia atingiu o ambiente das universidades, e, depois, instituições de ensino superior de outros países, permitindo que pesquisadores domésticos a acessassem. No final da década de 80, já existiam centenas de milhares de pessoas conectadas a uma imensa teia de comunicação. (KEMPKA, 2010, p. 2)

Mas, o autor afirma que o potencial verdadeiro dessa ferramenta foi conhecido na década de 90, quando o engenheiro inglês Tim Berners-Lee criou a “World Wide Web”, o que viabilizou a utilização de uma interface gráfica e resultou na criação de sites mais dinâmicos e visualmente interessantes.

A partir desse momento, a internet cresceu em ritmo acelerado. Em 1995, eram mais de 6 milhões de computadores permanentemente conectados à Internet, além de muitos sistemas portáteis e de desktop que ficavam on-line por apenas alguns momentos. A partir de metade da metade da década de 90, vários navegadores web foram desenvolvidos, surgiram provedores de acesso, portais de serviços on-line e a internet passou a ser utilizada por vários segmentos sociais. Estudantes passaram a efetuar buscas de informações para pesquisas escolares, jovens utilizavam para a pura diversão em sites de games. As salas de chat tornaram-se pontos de encontro para bate-papo virtual. Desempregados iniciaram a busca de empregos através de sites de agências de empregos ou enviando currículos por e-mail. (KEMPKA, 2010, p. 3)

Kempka destaca que a internet possibilitou facilidades diversas no trabalho dos jornalistas, o que foi percebido pelos meios de comunicação, principalmente no caso dos jornais impressos.

A efetivação das possibilidades criadas pelas tecnologias digitais e redes interativas alteraram os processos de coleta e apuração das informações, a editoração e difusão da notícia, a formação profissional e as técnicas do jornalismo. As mudanças atingiram também o relacionamento entre leitores, jornalistas e fontes, o que exigiu a redefinição de algumas técnicas. (KEMPKA, 2010, p. 3)

No caso do rádio, a mudança, segundo Almeida e Magnoni (2009) se instaurou nos anos 1990, quando os sites de importantes emissoras aumentaram vertiginosamente. Os autores também afirmam que houve o temor “de que as mudanças contidas no rádio difundido na internet ou por outros veículos digitais poderiam descaracterizar a identidade original do antigo meio decorrem das incertezas típicas de

momentos de mudanças conceituais e de tecnologia.” (ALMEIDA e MAGNONI, 2009, p. 3)

Os pesquisadores ainda levantam duas questões sobre as vias de desenvolvimento da relação entre rádio e internet:

Na primeira perspectiva tínhamos a internet como protagonista de uma etapa de evolução do rádio. Ela se fundamenta na argumentação de que, em pouco mais de uma década, a internet tornou-se a principal hospedeira e difusora de uma série de meios, mensagens e tecnologias desenvolvidas paralelamente e que se juntaram numa plataforma comum de comunicação multilateral e mundial. Com a expansão da web, o rádio passou a contar com plataforma multimídia complementar para ampliar seu alcance de sintonia e diversificar sua audiência. Na segunda perspectiva, a internet teria um desenvolvimento concorrente ao do rádio. (ALMEIDA e MAGNONI, 2009, p. 3)

Almeida e Magnoni ainda destacam que no contexto brasileiro, a digitalização da radiodifusão enfrenta muitas dificuldades, fator que retarda a transição do padrão analógico em vigor, para um projeto plenamente digital. Eles acrescentam que a maneira de interagir também foi alterada com o advento da internet:

Com a internet, essa interatividade aumenta consideravelmente. A interatividade e a portabilidade sempre fizeram do rádio o veículo mais próximo do ouvinte. A internet deve ajudar nessas características para que o rádio continue vivo. Mesmo que o rádio digital brasileiro não saia do papel, a digitalização antecipada pela internet continuará a provocar mudanças significativas na linguagem, nas formas de emissão e recepção, e também, em toda a cadeia produtiva do antigo veículo. (ALMEIDA e MAGNONI, 2009, p. 4)

Os autores ainda afirmam que os índices de consumo de conteúdos de rádio em aparelhos e suporte digitais aumentaram. Almeida e Magnoni também apontam para o fato de que as emissoras de rádio começaram a apostar mais nas reportagens especiais e nos programas de discussões de questões polêmicas, algo que antes era subestimado, devido a rapidez do veículo e do tempo curto e da atenção superficial do ouvinte de rádio. Mas, os pesquisadores ressaltam que até mesmo essa característica foi absorvida pela internet e foi incorporada ao Jornalismo Digital.

2.1. A HISTÓRICA FORÇA DA UTILIDADE PÚBLICA NO RÁDIO

De acordo com Moreira (2000, p. 50) a breve descrição do contexto histórico ilustra como a utilidade pública é uma das mais essenciais características do rádio. A consciência do papel social do veículo radiofônico cresceu, segundo Ferrareto (2000, p. 34), no final da década de 1960, frente à necessidade de maiores investimentos no setor jornalístico. Ferrareto (2000, p. 34) então lembra que no final da década de 1970 o informativo da Rádio Jovem Pan ficou conhecido por ter primado pela implantação de uma estrutura mais organizada de jornalismo na redação. Outro diferencial foi a oportunidade de dar voz à população, através da informação da situação do trânsito, falta de medicamentos, buracos em ruas, entre outras questões de caráter público.

Moreira (2000, p.55) ressalta que iniciativas como essa surgiram em um momento no qual o rádio buscava se reinventar diante da crise enfrentada com a concorrência da televisão. A autora afirma que, a partir das décadas de 1970 e 1980, o serviço de utilidade pública se tornou padrão para as rádios AMs do país. Dessa forma, o rádio ganhou um aliado na luta contra a televisão. Ferrareto (2000, p.97) também compactua com essa ideia e cita quatro emissoras como exemplo de pioneirismo na linha de utilidade pública e informação. São elas a Rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro; a Jovem Pan e a Bandeirantes, de São Paulo; e a Guaíba, de Porto Alegre. Ao seu modo, cada uma conseguiu cativar o ouvinte.

A Rádio Jornal do Brasil obteve êxito ao implantar, em 1954, um noticiário ostensivo e consistente, o qual dividia espaço com o jornalismo esportivo. Já a Bandeirantes optou, em 1959, pelo uso da utilidade pública, como forma de recriar o vínculo direto com o ouvinte. A princípio, o serviço à população veio através de notas de achados e perdidos. Com o passar dos anos, foi-se ampliando e estendendo para, enfim, ganhar grande espaço na emissora.

No caso da Jovem Pan, o autor explica que a emissora promoveu um “casamento” entre o noticiário informativo e a utilidade pública:

[...] No início dos anos 70, a rádio [Jovem Pan] será a pioneira na transmissão de um informativo em rede para diversos estados do país com o seu *Jornal de integração nacional*. Com o tempo, a Jovem Pan transforma-se em um canal entre a população e o poder constituído, explorando o filão da utilidade pública na divulgação de recomendações ao ouvinte, dos problemas da cidade e de informações sobre meteorologia, trânsito, aeroportos, etc. (FERRARETTO, 2000, p.142)

Sobre o exemplo da Jovem Pan, Porchat (1989) destaca que o ouvinte espera que a emissora esteja ciente e fiscalizando tudo o que há de errado na cidade, o que engloba falta de abastecimento de água em determinado bairro, a buracos no asfalto, segurança pública, condições do trânsito e, até mesmo, o calendário anual de vacinação:

Muitos ouvintes fazem da Jovem Pan a sua agenda de compromissos. Contam com os avisos que serão dados seis dias antes do término do prazo de pagamento do carnê leão, da entrega da declaração do imposto de renda, sabem que a vacinação do filho será cobrada nos noticiários; enfim, sabem que seus encargos e deveres serão lembrados com insistência. (PORCHAT, 1989, p.60)

A história registra alguns bons exemplos da prestação de serviços e da utilidade pública no rádio que, depois, se tornaram referência para outras iniciativas. Um deles é da própria Jovem Pan. Em 1972, na ocasião do incêndio do edifício Andrauss, em São Paulo, a emissora cobriu a ocorrência durante 24 horas, tendo instalado postos de serviços, holofotes e auxiliando na orientação de motoristas com relação a alterações no trânsito, além de ter ajudado parentes das vítimas. O esforço para minimizar o sofrimento da população, fosse com donativos ou com informações em tempo real dos acontecimentos, foi tão grande que o Ministério das Comunicações autorizou que a cobertura continuasse durante A Voz do Brasil.

Exemplos mais recentes de prestação de serviço do rádio perante a adversidade são o atentado de 11 de setembro, nos EUA, e os que ocorreram em Paris, em novembro de 2015. Além disso, em caso de furacões, no território norteamericano, a recomendação feita à população é comprar pilhas e água. Pilhas para deixar o rádio ligado e ouvir as recomendações transmitidas.

Porchat (1989, p.101) enfatiza que foi através da utilidade pública que o rádio conseguiu sobreviver ao advento da televisão, renovando-se e consolidando-se como o rádio feito por toda uma equipe e que, por isso, conquistou o povo brasileiro.

2.2 CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS ÉTICOS NA PRODUÇÃO E NA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO RÁDIO

A história do rádio e a sua relação com o jornalismo nos ajudam a mapear mais especificamente algumas de suas principais características. Alguns autores, como Santos e Monteiro (2006) entendem que, enquanto meio de informação e de entretenimento, o rádio é diferente dos demais veículos de comunicação, principalmente por causa de sua flexibilidade para a transmissão de conteúdos:

O rádio é um veículo diferente de qualquer outro. Ele se destaca pela flexibilidade. Essa qualidade é basicamente ponto fundamental para o rádio, que, a qualquer momento, pode alterar sua programação sem afetar a qualidade. Tecnicamente, o repórter, apenas com um aparelho de telefone, pode falar de qualquer ponto, ultrapassando as fronteiras e os limites territoriais separados pela geografia ou nacionalidade. (SANTOS e MONTEIRO, 2006, p.3)

Além disso, os autores destacam outras características, tais como a capacidade de atingir várias camadas sociais, por ser falado e por possuir uma linguagem compreensível, coloquial, que atinge diferentes nichos sociais.

Pacheco (2005) corrobora com esse ponto de vista e ainda acrescenta que o regionalismo também colabora para que o rádio se diferencie dos outros meios de comunicação, na medida em que está mais próximo dos assuntos ligados à comunidade e em solucionar os problemas regionais.

O rádio é um dos meios de comunicação de maior impacto na sociedade local e regional, comparando com outros de maior aporte e que atingem diretamente a massa no contexto global. O rádio pode transmitir com facilidade, em tempo real, dessa forma acelerando a disseminação do conteúdo e deixando informado o ouvinte sobre o que está ocorrendo. (PACHECO, 2005, p.7)

Barros (2011) reitera que a instantaneidade também é uma característica diferencial do rádio como meio de comunicação, uma vez que, no caso de um acidente, por exemplo, o repórter necessita basicamente de um telefone à mão para transmitir com rapidez as informações sobre o ocorrido. Pacheco (2005) ainda ressalta que a responsabilidade dos jornalistas e dos radialistas com a palavra e com a informação são ainda maiores no rádio, especialmente porque o ouvinte, muitas das vezes, tem apenas

uma única oportunidade para compreender o que está sendo transmitido pelas ondas sonoras.

Santos e Monteiro (2006) pontuam o aspecto da intimidade, pois o profissional usa o singular para se referir ao ouvinte. Dessa forma, cria a ideia de que, além de estar na casa do ouvinte, está falando somente para aquela pessoa. Outro traço marcante é a penetração, visto que o rádio fala para milhões de pessoas ao mesmo tempo e em qualquer lugar. A sensorialidade é mais um eixo da sua natureza, ou seja, nos referimos à capacidade de criar imagens enquanto o locutor fala, imaginar as situações narradas e, até mesmo, o dono ou dona daquela voz. Já o atributo da simplicidade está relacionado à possibilidade de levar ao ar um programa com poucos aparatos, bem como devemos pensar que a programação é flexível, podendo ser modificada a qualquer momento.

Em meio às características que ajudam a dar forma à linguagem radiofônica, o jornalista enfrenta desafios inerentes, também, à ética. Barbeiro e Lima (2011) definem ética como:

[...] uma reflexão crítica sobre a moralidade; ou seja, é um conjunto de princípios e disposições historicamente produzidos voltados para a ação cujo objetivo é banalizar as ações humanas. Ela existe como referência para os homens em sociedade, e está associada à idéia de conduta virtuosa e à valores como dignidade, justiça, honestidade, solidariedade. Além disso, ela pode - e deve - ser incorporada por todos como atitude diante da vida cotidiana. (...) A falta de ética acentua a desigualdade e a injustiça social, portanto, não se pode considerar abstratos os efeitos da conduta ética. Ela é mais material do que algumas pessoas supõem, e a aplicação de seus princípios valoriza e reforça a pluralidade e a diversidade, porque plural e diversa é a condição humana. (BARBEIRO e LIMA, 2011, p.24)

Os autores ainda acrescentam que a ética jornalística não depende do livre-arbítrio e da vontade de cada jornalista, pois se trata de um conjunto de valores criados por vários jornalistas com a finalidade de praticar o bem. Barbeiro e Lima (2011, p.24) citam a frase de Cláudio Abramo, a qual diz que “a ética do jornalista deve ser a mesma do marceneiro, isto é, a mesma do profissional de qualquer área.”

Barbeiro e Lima (2011) ainda acrescentam que é primordial que o jornalista saiba qual é o limite de seu trabalho, até onde pode ir ao redigir uma matéria (mas destacam que esses limites não podem ser confundidos como cerceamento à liberdade de imprensa). Além disso, eles reiteram que esse profissional nunca deve noticiar boatos e rumores sem apurá-los. E quando se trata de fonte, os autores salientam que o jornalista deve ter cuidado para não ouvir apenas uma fonte, visto que esta pode ter

algum interesse obscuro por trás da denúncia feita. Isso pode transformar a redação em um “Tribunal de Inquisição” (BARBEIRO e LIMA, 2011, p.25).

Por outro lado, Júnior (2010) ressalta que a ampla difusão da internet também trouxe um novo desafio para os jornalistas:

A agregação de ferramentas conspira para que os usuários possam promover escolhas no processo de navegação na rede, alterando significativamente, a relação entre o meio de comunicação e seu usuário, possibilitando uma interação entre ambos, jamais exercitada nesses níveis anteriormente. (JÚNIOR, 2010, p.5)

Ferraretto e Clockner (2010, p.56) explicam que, com isso, o fluxo de informações se tornou muito maior e, sendo assim, o cuidado com a apuração também deve ser redobrado para não extrapolar os limites da ética.

Todos esses cuidados no momento da apuração anteriormente citados são importantes para que, de acordo com Berthier e Silva (2012), o jornalista não adicione sensacionalismo à notícia. Elas explicam que o sensacionalismo

[...] se refere às ações narrativas que buscam provocar sensações com o objetivo de atrair o leitor. E, no jornalismo, especificamente, essas ações indicam audácia, irreverência, questionamento e, muitas vezes, a inversão da realidade, erro na apuração ou imprecisão no que diz respeito ao conteúdo das informações. (BERTHIER e SILVA, 2012, p. 67)

Amaral (2006, p. 33) afirma que quando unimos três dos ingredientes, que se constituem como características do rádio, e que foram abordados neste capítulo (são eles: a utilidade pública, a proximidade e o entretenimento), obtemos um novo produto de estudo: a prioridade que a mídia atribui ao interesse do público. Tal assunto será analisado no próximo capítulo. Também discutiremos um pouco mais sobre sensacionalismo e a evolução conceitual e histórica do fazer jornalístico, em especial na área de segurança pública, que é da mesma forma fundamental para o embasamento do nosso trabalho.

3 CREDIBILIDADE E UTILIDADE PÚBLICA NA COBERTURA DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: DEBATES E DESAFIOS

Neste capítulo falaremos sobre a história do jornalismo policial e do jornalismo de segurança pública, assim como dos desafios enfrentados pelos jornalistas os quais atuam nessa área. Além disso, tentaremos, ainda, definir e diferenciar interesse público de interesse do público, questão essa que, na visão de alguns autores, deveria receber maior atenção da mídia, a qual muitas vezes, de acordo com esses autores, preza por veicular notícias de interesse do público, quando deveria veicular informações de interesse público. Outro ponto que será destacado no presente capítulo é a diferenciação entre jornalismo popular e o sensacionalismo. Tentaremos responder à seguinte questão: é possível fazer jornalismo de cunho popular sem vínculo com o sensacionalismo?

3.1 DO JORNALISMO POLICIAL AO JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O século XIX é considerado estratégico para o surgimento da cobertura de fatos policiais e para a compreensão da metodologia adotada para a divulgação dessas informações. Lage (2004) explica que foi nessa ocasião que a Revolução Industrial alterou radicalmente o perfil do público para o qual as notícias eram direcionadas. Com a queda do modo de produção feudal, muitas pessoas migraram para as cidades. Essa população era herdeira de uma cultura popular muito mais simples e objetiva. Por outro lado, a mecanização fez o custo de produção dos jornais aumentar, obrigando as empresas a encontrar novas formas de conquistar os leitores e de alcançar o lucro.

Nesse contexto, ganha ênfase a vertente sensacionalista que, segundo Lage (2004, p.15), “se justifica porque, para cumprir a função sociabilizadora, educativa, devia-se atingir o público, envolvê-lo para que lesse até o fim e se emocionasse. Precisava-se abordar temas que o empolgassem.”

O autor revela que essa “empolgação” era baseada na literatura novelesca, dividida de acordo com os nichos de público: o sentimentalismo era reservado para as moças; a aventura era voltada para os jovens e aquilo considerado como exótico e o

incomum, atenderia todos os públicos. Isso porque Lage aponta que a realidade deveria empolgar e cativar as pessoas assim como a ficção. Quando isso não acontecia era preciso acrescentar alguns toques a fim criar o fascínio.

Diante dessa dinâmica, os acontecimentos policiais tornaram-se importantes conteúdos para o sistema de comunicação proposto. De acordo com Mélem (2011), as primeiras reportagens policiais surgiram nos jornais sensacionalistas que circulavam por Estados Unidos e Inglaterra nesse período. No Brasil, Mélem (2011) destaca que o surgimento do jornalismo policial ocorreu em 1917, muito focado numa cobertura que se pautava no quadro social e numa visão unilateral da polícia, em meio ao alarmante contexto de crianças pobres que não possuíam lar e de negros desempregados no Rio de Janeiro. A autora explica que os primeiros jornais a se embrenharem por esse novo caminho foram o *Jornal do Commercio* e o *Jornal do Brasil*.

Mélem (2011) pontua dois momentos históricos os quais contribuíram para que a reportagem policial consolidasse a sua credibilidade:

Surge no Brasil a reportagem policial. A partir deste momento, o gênero policial começou a se difundir e passou a ser explorado por vários veículos de comunicação, principalmente após os anos 70, período áureo do estilo. Em 1977, a reportagem policial conquistou mais credibilidade por dois motivos; o primeiro foi a matéria publicada na Revista *Veja* – sobre a morte de Claudia Lessin Rodrigues – que ganhou o prêmio *Esso*; e o segundo a abolição do AI-5, que permitiu que matérias policiais ganhassem um tom mais crítico. (MÉLEM, 2011, p.30-31)

No rádio, essa atividade jornalística é um pouco mais recente, embora tenha tido o seu começo também no século passado. Pacheco (2005) usa uma citação de Lopes (1988) (LOPES apud PACHECO, 2005) para afirmar que, no começo, não existia uma programação policial completa e havia uma distinção no tratamento das informações policiais, no que se referia às emissoras populares e às que eram voltadas a um público mais elitizado. Pacheco (2005) então explica que nas rádios não-populares eram feitas pequenas inserções nos noticiários. Além disso, crimes, roubos e assaltos eram colocados juntos em uma seção, a fim de atribuir seriedade ao informativo. Por esse motivo, o autor afirma que as notícias policiais recebiam um tratamento especial, com o intuito de evitar distorções.

Já no que se referia às emissoras populares, o trabalho feito com a notícia policial era outro. O autor também se utiliza do argumento de Lopes (LOPES apud

PACHECO, 2005) para afirmar que as mesmas recebiam grande destaque e eram veiculadas com um toque de sensacionalismo:

As notícias eram veiculadas através de programas durante a programação das emissoras como: Gazeta, Globo e Tupi. De acordo com Lopes (1988), as informações eram transmitidas por um “repórter policial com locução agressiva e tinha certo toque sensacionalista” (p. 125). Os programas policiais nas emissoras populares ainda destacavam-se pela fórmula de transmitir a notícia juntando um estilo de radio-teatro e jornalismo. (PACHECO, 2005, p.13)

Diniz (2006, p.17) reitera que, nessa fase inicial, o jornalismo policial primava pela dramatização da notícia e que esse fato contribuiu para a construção da má fama que tal jornalismo carrega. Pacheco (2005) corrobora com essa teoria e destaca que esse fator, aliado aos efeitos sonoros, garantiu às emissoras altos índices de audiência entre a população de baixa-renda.

[...] a expressividade do jornalismo policial foi tomando proporções crescentes, destacando-se como de maior audiência no rádio e na penetração das classes sociais de baixa renda. Isso, por ser um veículo de fácil acesso, barato e que pode ser ouvido em qualquer local. Além disso, somente o rádio tem a vantagem de difundir a informação localizada e que está próxima do acontecimento. (...) Os efeitos e trilhas sonoras para tornar o cenário mais real possível contribuíam para ampliar a tensão dos ouvintes que acompanhavam os fatos contados em forma de história. (PACHECO, 2005, p.13)

Um dos ícones dessa trajetória do noticiário policial no rádio é Gil Gomes. Entre o fim da década de 70 e o início da de 80, a emissora de rádio líder de audiência era a Record. Grande parte desse sucesso se devia ao programa policial de Gil Gomes, como destaca Pacheco (2005):

O programa policial de maior audiência entre as rádios de São Paulo foi o principal guia para o aumento do gênero mais contado, utilizando como base trilhas sonoras e o suspense, tornando a narração do locutor mais realista. Gil Gomes, naquela época, na Rádio Record, das 08h às 10h da manhã, atingia picos de 53% de audiência, configurando um novo gênero radiofônico. (PACHECO, 2005, p.13)

De acordo com o site da EBC Rádios ³, Gil Gomes alcançou sucesso com suas narrações de casos policiais tanto no rádio quanto na televisão e seu estilo de narração era único.

³Disponível em: <http://conteudo.ebcservicos.com.br/>. Acesso em 22 de novembro de 2015, às 22:43.

A partir dos anos 1970, com a narração e descrição dos casos policiais, os programas apresentados por Gil Gomes se transformaram em fenômenos de audiência no rádio de São Paulo. Com passagens pelas rádios Globo SP, Record e outras emissoras, Gil consolidou um estilo próprio de narrar as informações dos boletins de ocorrência das delegacias e o impacto de seu programa nas classes C e D virou tema de doutorado na USP - Universidade de São Paulo.⁴

No que se refere ao sucesso alcançado pela emissora Record, Pacheco (2005) explica que os ingredientes utilizados eram programas voltados para as áreas musicais, de variedades e policial, sendo que aquele que alcançava maior audiência era o de cunho policial, fato recorrente nas demais emissoras de rádio, uma vez que esses programas “melhor expressam o discurso popular” (LOPES apud PACHECO, 2005, p.13).

Sobre a trajetória da cobertura policial, podemos afirmar que com o passar dos anos, ocorreram algumas mudanças na área do jornalismo policial. Para Souza (2002), essa área ainda está em processo de modificação.

Estamos em fase de transição. O que já foi 'reportagem policial' transformou-se em reportagem criminal. Dela, pulamos para o jornalismo investigativo, que tem no mundo das infrações penais roteiros obrigatórios de fatos a serem desvendados. Nas redações, contudo, está se preferindo falar em reportagem especial. (SOUZA, 2002, p.1)

Diniz (2006, p.17) postula que o jornalismo policial pode ser dividido em quatro fases. A primeira foi marcada pela espetacularização da notícia policial, com a predominância do tom de dramaturgia, que ajudou a consolidar o estilo sensacionalista até hoje responsável por alguns estereótipos da cobertura do setor. A segunda fase do jornalismo policial resultou do “vazio jornalístico” imposto, a partir de 1937 pelo Governo Vargas ao jornalismo geral. Ela explica que esse fato tornou necessária a busca por um noticiário mais “alienante” que suprimisse a lacuna deixada pela censura. E nesse momento os jornalismo esportivo e o policial se destacaram.

A partir da década de 1950, Diniz (2006) salienta que começou a terceira fase do jornalismo policial, a qual foi marcada pela ampliação da influência do

⁴Disponível em: <http://radios.etc.com.br/todas-vozes/edicao/2014-09/gil-gomes-das-narracoes-em-quermesses>-Acesso em: 13 de setembro de 2015, às 22:57.

jornalismo americano, baseado na ampla difusão de notícias que envolvessem sangue, sexo e rendessem dinheiro.

Já a quarta fase, de acordo com a autora, teve início na década de 1970, a qual se caracterizou pela censura à liberdade de imprensa, sendo que, em alguns casos, a imprensa cedia fotos de seus arquivos à polícia. Além disso, ela também fala sobre a ideologia da Segurança Nacional, a qual fomentava a censura e repressão, às quais nem mesmo o jornalismo policial foi privado. Diniz (2006, p.17) destaca que era corriqueiro encontrar a narrativa de embates entre a polícia e militantes de esquerda no noticiário policial.

Além disso, apenas a versão policial era veiculada, sem que a informação recebesse qualquer alteração. A autora ressalta que essa situação possibilitou casos como o do Jornal da Tarde, que publicou que José Alencar Seixas, um preso político, havia morrido durante um tiroteio. Mas, a verdade era outra: ele ainda estava sendo torturado nos porões da ditadura.

Segundo Diniz, perante essa situação de censura, a mídia tradicional permaneceu inerte, enquanto à imprensa alternativa restou a missão de denunciar casos como o do preso político José Alencar e tantos outros.

Nesse contexto de mudanças, Diniz (2006) afirma que uma grande metamorfose ocorreu na área de cobertura policial após o fim da ditadura e instauração da democracia visto que, no período compreendido entre as décadas de 60 e 90, os meios de comunicação estavam sob o domínio de instituições públicas. Esse fato, aliado ao termo *jornalismo policial*, segundo a autora, colaborava para a perda da credibilidade dos meios de comunicação no que tangia as notícias policiais.

Entretanto, Diniz explica que a mudança que ocorreu não somente no cenário nacional a partir da década de 90, foi o aumento dos índices de violência urbana⁵. Com isso, surgiram os chamados pela autora de “justiceiros” - pessoas que faziam justiça sem esperar os trâmites legais, ou seja, com as próprias mãos – que

⁵ A autora define como violência urbana o “fenômeno social deliberadamente transgressor e agressivo ocorrido em função do convívio urbano. A violência urbana tem algumas qualidades que a diferencia de outros tipos de violência. (...)” DINIZ, 2006, p. 38. Ela ainda explica que a violência urbana se manifesta, principalmente, como consequência das relações de convívio social e das condições de desigualdade étnica e econômica em sociedades onde as ferramentas jurídicas e políticas não funcionam a contento.

passaram a questionar o papel da mídia no sentido de controle social da violência e de cobrar do governo ações de combate à violência.

Nesse momento, porém, a bandeira dos Direitos Humanos foi hasteada, com o intuito de combater os “justiceiros” e acabar com o abuso de poder das autoridades. Desse modo, os justiceiros adotaram medidas paliativas e violentas, tais como o assassinato dos criminosos, com o objetivo de, como diz a autora, “livrar a sociedade de incômodos”.

No grupo de “justiceiros” estavam inclusos policiais e autoridades políticas, os quais também viam a necessidade de livrar as cidades dos mendigos e moradores de rua, pois eles, como Diniz explica, representavam uma ameaça à sociedade, diante da possibilidade de se tornarem criminosos no futuro e ainda “enfejavam” as ruas.

Essas medidas, por outro lado, serviram para fomentar as discussões sobre Segurança Pública e os questionamentos sobre o dever do Jornalismo diante da insegurança nas ruas.

Diniz ressalta que outro fator que contribuiu para que a sociedade passasse a cobrar medidas efetivas no que se referia à Segurança Pública foi que a violência passou a atingir as pessoas mais abastadas, deixando de ser um problema da classe pobre.

A violência passou a compor, definitivamente, a pauta de discussão dos municípios, dos estados e da federação no início do século XXI. As transformações societárias no âmbito do mundo produtivo não influenciaram somente esse setor, mas também, exigiram mudanças na estrutura e na organização do mundo criminoso. As situações enfrentadas pelos municípios e pelos estados em relação ao tráfico de drogas, por exemplo, revelam uma profunda transformação no mundo do crime, que muito longe de ser uma organização amadora e limitada às periferias urbanas, passou a se articular em rede dentro e fora do Brasil. (SILVA apud DINIZ, 2006, p. 9- 10)

A autora ainda destaca que o fato de que, no Brasil, a Polícia sempre ter se empenhado em solucionar crimes relacionados com a defesa dos interesses da classe mais abastada também contribuiu, juntamente com outros elementos, para que a sociedade elege-se a mídia como o “Quarto Poder”. Ela explica que esse termo surgiu na Inglaterra:

O termo “Quarto Poder”, criado por um inglês, em 1828, determina que a imprensa tem um papel fundamental e dual de ser guardião dos cidadãos de um sistema democrático, protegendo-os do abuso de poder por governantes e ser, simultaneamente, um veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos; e, ainda, de ser uma voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações e, se for preciso, da sua revolta. (DINIZ, 2006, p.11)

Diniz (2006) explica que foi a partir de então que a ideia da notícia policial como forma de espetáculo começou a ser deixada para trás. Ela revela, ainda, que, com isso, o jornalista encarregado de cobrir essa área passou a ter mais liberdade para apurar os outros lados das histórias, ao invés de ouvir apenas a versão oferecida pela polícia.

A abertura política do regime, com a extinção do A – 15 e da censura prévia à imprensa, em 79, dá novo fôlego às redações e, conseqüentemente, à reportagem de polícia passa a ser mais crítica, na medida em que também é contagiada pelo clima de liberação do regime. Começam, então, a surgir, na chamada grande imprensa, as primeiras reportagens sobre direitos humanos e crise no aparelho policial. A extinção do repórter de polícia, na sua forma clássica – picardia, intimidade e até promiscuidade com o aparelho policial, submissão às autoridades de segurança pública e reprodução quase que sem críticas da versão oficial – coincide com o nascimento da nova reportagem de polícia, aquela voltada para o resgate estrutural do conceito de Segurança Pública. (DINIZ, 2006, p.18)

Começa a ganhar força, então, a expressão “jornalismo de segurança pública”, especialmente na medida em que os índices de violência começaram a crescer e afetar à classe média, na década de 80, principalmente na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Além disso, Diniz (2006) ressalta que a mudança do termo jornalismo policial para jornalismo de segurança pública foi, no Rio de Janeiro, incentivada pelo governo do Estado, o qual reunificou as secretarias de Polícia Civil e Militar. Ela destaca que essa área de cobertura do jornalista se tornou mais ampla, na medida em que ele não se limita mais a cobrir apenas crimes bárbaros diários.

Mas as mudanças não pararam nesse ponto. Ramos e Paiva (2008) explicam que os jornais começaram a qualificar a cobertura da área policial e reduziram a prática de trocar favores com as fontes e reduziram as matérias de cunho sensacionalista. A abordagem das notícias deixou de ser, no caso de um homicídio, o cadáver em si. Ao invés disso, passou-se a mostrar a cena do crime.

A abordagem dos assuntos mudou muito. Hoje a ordem é ‘esqueçam o cadáver’... Mostrem o que está em volta do cadáver, isso é que é importante atualmente. Essa é uma mudança violenta. Nos anos 50, e isso foi assim durante muito tempo, era proibido voltar para a redação sem o ‘boneco’. O boneco da vítima, a foto. Se voltasse sem o ‘boneco’, era melhor não voltar. Se não tivesse a foto do rosto do morto, tinha que ter imaginação para pegar a foto com a família, do álbum de foto do casamento, da parede da casa, de onde fosse. E às vezes tinha que mentir, dizer para a família que isso ia ajudar na investigação. (RAMOS e PAIVA, 2007, p.32)

Elas revelam que também não havia, antes dos anos 90, ética jornalística e, dessa forma, era comum que os jornalistas inventassem histórias. “Os repórteres encontravam um cadáver e colocavam uma cartolina com a frase: ‘Esse não mata mais’. E depois davam a notícia. Isso era nos anos 70.” (RAMOS e PAIVA, 2008, p.32). Apesar dessa posição defendida pelas autoras, cabe a reflexão sobre o fato de que nem todos os jornalistas se prestavam a essa conduta.

Ramos e Paiva também apontam que os jornalistas que cobrem essa área começaram a ter seu valor reconhecido nas redações, ganharam status e não estão restritos à cobertura de assuntos policiais. As pesquisadoras destacam que, na verdade, eles são repórteres da editoria geral e, portanto, estão aptos a relatar assuntos diversos. Isso, na visão das autoras, contribui para que o texto policial se torne mais fluido e integrado a assuntos como economia, saúde, educação, política, entre outros e impede que os mesmos incorporem o “estereótipo de repórter de polícia”, especializado apenas nesse ramo. Elas se utilizam do depoimento do jornalista da TV Globo, André Luiz Azevedo, para endossar essa tese.

Quando eu comecei profissionalmente, a editoria de Polícia era discriminada e desqualificada. Era o lugar das pessoas mais despreparadas. Hoje em dia, estamos chegando a um ponto onde, em alguns veículos, o noticiário de polícia se tornou o assunto principal. Não estou falando dos veículos mais populares, os que já eram considerados policiais. A questão é que em muitas cidades a violência se transformou seguramente no tema de maior interesse da população. E também nos principais prêmios de imprensa, nos últimos anos, as reportagens e as investigações ligadas à violência estão entre as mais premiadas. (RAMOS e PAIVA, 2008, p. 36).

Elas chamam a atenção, também, para o fato de que não foi somente o impresso que foi obrigado a se adequar às novas regras. A televisão também precisou se adaptar para manter o interesse dos anunciantes e do público. E o rádio, como já foi anteriormente mencionado, também precisou se transformar, a fim de sobreviver ao novo cenário. Por isso, recorreu-se ao emprego da utilidade pública, à inserção do jornalismo na programação e das coberturas esportivas.

Contudo, nem todos os programas conseguiram se adaptar. O Cidade Alerta é citado como exemplo de programa tipicamente sensacionalista, que não sobreviveu às mudanças e foi tirado do ar em 2005. De acordo com Ramos e Paiva, esse tipo de segmento começou a ser rejeitado pelo público, visto que o mesmo já não conseguia retratar os horrores de uma realidade violenta.

As autoras também mencionam o resultado de duas pesquisas feitas pelo CEsSeC, com o intuito de objetivar o diagnóstico do trabalho de cobertura da mídia em relação à criminalidade e à violência.

A primeira, em 2004, analisou a produção de nove jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A segunda, a produção dos oito jornais do Rio de Janeiro em circulação em 2006. Nos levantamentos, a impressão de que os jornais vêm abandonando os recursos mais ostensivos de apelação e sensacionalismo se confirmou: na pesquisa nacional, em apenas 0,4% dos textos analisados, a matéria sugeria que a restrição de direitos de criminosos seria uma saída para o problema da violência. Este percentual não foi maior em jornais de perfil popular, como *O Dia* ou *Agora São Paulo*. E apenas 0,3% dos textos sugeriu a possibilidade de fazer justiça com as próprias mãos, sem criticar essa postura. (RAMOS e PAIVA, 2008, p. 35)

Apesar de todas as mudanças, Ramos e Paiva pontuam que a área policial ainda não é valorizada como as demais editorias e assuntos. O motivo seria que ela não atrai tantos anunciantes quanto a editoria de economia, por exemplo.

Ainda é grande a crítica ao comportamento de uma parcela da imprensa. Pacheco (2005) destaca que, no rádio, muitas vezes, ao invés de informar, a notícia policial desinforma o ouvinte e o jornalismo não tem cumprindo sua missão social de esclarecimento da opinião do público. Ele também pontua que os meios de comunicação, na atualidade, estão voltados para o fator econômico, o qual se baseia em vender a notícia e obter lucro. Na opinião de Pacheco (2005), em alguns noticiários policiais apenas relata-se os fatos do cotidiano, sem existir a preocupação com as consequências daquelas ocorrências e os motivos que as ocasionaram.

Em concordância com esse posicionamento, Souza (2009) destaca que a mídia é, frequentemente, acusada de fornecer detalhes irrelevantes quando se trata de informação policial. Isso, em algumas ocasiões, pode ajudar a fomentar o sensacionalismo, fundamentalmente nos veículos de comunicação chamados de “populares”. Consideramos que o debate sobre essa relação entre o “popular” e o “sensacionalismo” é importante para a nossa pesquisa. Por esse motivo, vamos aprofundar o tema um pouco mais no próximo tópico.

3.2 O DEBATE SOBRE O SENSACIONALISMO E O JORNALISMO POPULAR

Para nos aproximarmos das possíveis definições da expressão “sensacionalismo” recorreremos inicialmente a Bucci (2009). Para esse autor, trata-se de uma forma de produzir a notícia baseada “no horror ou o fascínio que ele desperta”. Fiori, Nicoletti, Bozza, Araki (2011), concordam com esse ponto de vista e acrescentam que, em algumas ocasiões, os ingredientes utilizados pela mídia a fim de conferir uma dose de sensacionalismo à determinada notícia são, ainda, a exploração de dados que não deveriam ser de conhecimento público e a criação de um personagem com uma história comovente. O resultado dessa mistura sensacionalista, de acordo com as autoras, será capaz de formar opiniões, envolver o público e criar um consenso, que pode ser errôneo, sobre determinada situação.

Bedendo (2013), que concorda com essa tese, se utiliza dos argumentos de Angrimani Sobrinho (1995) a fim de ampliar a discussão e afirmar que o sensacionalismo se baseia em clichês.

A linguagem editorial sensacionalista é a do clichê. O sensacionalismo não admite distanciamento, neutralidade [...] é preciso chocar o público. Fazer com que as pessoas se entreguem às emoções e vivam com seus personagens. [...] O sensacionalismo não admite moderação. (SOBRINHO, apud BEDENDO, 2013, p. 150 - 151).

Bedendo (2013, p.151) explica, através das palavras de Sobrinho (1995), que o clichê (termo que foi proposto por Alfred Lorenzer) tem o seu desencadeamento a partir de uma “disposição cênica”.

Apesar disso, ele ressalta que não é sempre que o emprego do clichê confere sensacionalismo à notícia, ou seja, nem todo jornalismo popular está atrelado ao sensacionalismo. O que traz esse efeito à reportagem é a edição e a forma como a história é contada, enfatizando a todo o momento os clichês. O autor também menciona

a passagem contada por Nelson Rodrigues⁶, em sua fase como jornalista policial, a qual nos ajuda a entender melhor o que é um clichê.

Descrevi toda a história – a menina, em chamas, correndo pela casa e o passarinho, na gaiola, cantando como um louco. Era um canto áspero, irado, como se o passarinho estivesse entendendo o martírio da dona. E forcei a coincidência: enquanto a menina morria no quintal, o canário emudecia na gaiola. (BARBOSA e ENNE, apud Bedendo, 2013, p.151).

Amaral (2006) concorda com a tese de que nem todo o jornalismo popular é sensacionalista. Ela ressalta que o termo “popular” não quer dizer ele seja:

Necessariamente contra-hegemônico, identifica apenas um tipo de imprensa que se define pela sua proximidade e empatia com o público-alvo, por intermédio de algumas mudanças de pontos de vista, pelo tipo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato.” (AMARAL, 2006, p. 10-11)

A autora destaca que além da carga dramática, a história precisava conter um elemento que aguçasse a fantasia do leitor. E esse elemento é o fato de que o passarinho parecia “entender o martírio da dona”.

Bedendo (2013, p.148) ainda ressalta que é preciso considerar, ainda, a tese de Angrimani Sobrinho (1995) “de que o *fait divers*⁷ é elemento central e ‘indissociável da imprensa sensacionalista”, uma vez que “o sensacionalismo vai buscar no insólito e na extravagância do *fait divers* o ingrediente preponderante da manchete de capa” (SOBRINHO, 1995, p.26). Já Amaral (2005) acredita que precisamos analisar criticamente o emprego do sensacionalismo:

Suspeitamos do poder explicativo do conceito de sensacionalismo na atualidade. De tão utilizado, tornou-se uma categoria flácida, sem fronteiras e sem vigor. Revela características disseminadas na mídia e evidencia constatações hoje consensuais (de que responde à função catártica, por exemplo), sem acrescentar aportes analíticos novos. Ficou muito relacionada ao jornalismo que privilegiava a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fotos chocantes, de distorções, de

⁶ Essa passagem se encontra no livro *Tempo e Narrativa*, 1994, de Nelson Rodrigues.

⁷ De acordo com Dejavite (2014, p.1), *fait divers* se constitui como um termo de origem francesa, apresentado, em 1964, por Roland Barthes na obra *Essais Critiques*, e que se refere e abrange toda a cobertura feita sobre fatos diversos, tais como “escândalos, curiosidades e bizarrices, humor, espetáculo e emoção”. Ela explica que esse termo está presente na história da imprensa desde o início e que trata-se de uma ferramenta que tem sido amplamente utilizada nos dias atuais pelos veículos tradicionais, com o intuito de atrair o interesse do público e diverti-lo.

mentiras, e da utilização de uma linguagem composta por gírias e palavrões. Entendemos que o sensacionalismo é historicamente recorrente e manifesta-se em vários graus e de diversas maneiras, por isso não devemos tratar do fenômeno in totum. Rotular um jornal de sensacionalista é enfatizar, de uma maneira geral, que ele se dedica a provocar sensações, prática hoje generalizada. (AMARAL, 2005, p.2)

Essa prática de provocar “sensações”, como diz Amaral (2005), é destacada por Góes (2013) que volta ao passado para contextualizar a atividade jornalística. O autor se embasa em Martín-Barbero para reforçar o pensamento de que o sensacionalismo está presente nos veículos de comunicação desde os primórdios:

No entender de Martín-Barbero (2009, p. 151) a imprensa tem suas origens ainda no século XVI, na transição entre o oral e o escrito, através da introdução da literatura de cordel, que transformou o folclórico em popular. Desde lá, a escolha do que noticiar, da forma como narrar e do formato empregado têm forte interseção com as características da produção sensacionalista. Segundo Thompson (2012, p. 83/84), é na segunda metade do século XV, nos centros urbanos da Europa, que começa a se desenvolver indústrias gráficas, “montadas, em sua maioria, como empresas comerciais. Seu sucesso e sua sobrevivência dependeram da capacidade de mercantilizar formas simbólicas efetivamente”. Apesar de empresas rudimentares, o princípio do lucro já estava presente. (GÓES, 2013, p. 3)

Góes (2013) ainda destaca que os primeiros impressos noticiosos já estavam repletos de faits divers:

É relevante considerar que os primeiros impressos noticiosos - pliegos na Espanha, colportage na França e tantas outras folhas na Europa dos séculos XV e XVI – eram confeccionados para que fossem lidos em voz alta e em espaços públicos, em razão do reduzido letramento da maioria da população. Assim, eles se apresentam e se revestem de importância social porque eram, na prática, instrumentos de mediação entre acontecimentos e as pessoas. No entanto, há um aspecto fundamental a ser apresentado nesse momento: o conteúdo noticioso majoritário dessas folhas. Elas estavam recheadas de histórias trágicas, feitos extraordinários, fábulas, demônios, contos fantásticos e dedicavam-se “especialmente aos relatos de crimes, nos quais o pliego lança as bases daquilo que mais tarde seria o jornalismo popular” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 156). Desde aquele momento, a opção pelo sensacionalismo já inseria numa incipiente estratégia para garantir atração e ampla circulação das folhas. Elas possuíam valor comercial crescente. (GÓES, 2013, p.4)

Outra importante contribuição para refletirmos sobre a temática vem de Amaral (2005). Ela salienta que a imprensa se baseia em duas matrizes: a dramática e a racional-iluminista. A pesquisadora refere-se à matriz no sentido da abordagem feita dos acontecimentos. Partindo desse pressuposto, Amaral explica os dois tipos de matrizes:

A Matriz racional-iluminista é de onde se origina o habitus profissional do jornalista, foi inserida na cultura popular com ideologias políticas de corte iluminista (principalmente o marxismo, o anarquismo, o liberalismo). “A Matriz racional – iluminista busca transformar a Matriz Cultural pré-existente por considerá-la um vestígio de uma época histórica superada” (SUNKEL, 1985, p. 47). É laica e expressa elementos como a razão, o progresso, a educação e a ilustração. A linguagem característica é regida pelo mecanismo da generalização. Refere-se a uma identidade do tipo político - que apela a elementos mais conscientes do mundo popular. (AMARAL, 2005, p.7)

A pesquisadora ainda explica que a Matriz dramática nasceu de uma “concepção religiosa e dicotômica do mundo”, e por dialogar com diferentes segmentos sociais, ela se baseia em narrar conflitos “histórico-sociais” de maneira interpessoal, carregada de melodrama e sensacionalismo.

A partir desse ponto, a autora nos convida a pensar sobre a proximidade entre a abordagem sensacionalista e os jornais tidos como “populares” e sobre os riscos dos rótulos advindos dessa aproximação.

É, portanto, com base nessas interligações que chegamos a um contraponto estratégico para as nossas análises: o interesse público x o interesse do público, que vamos tratar no item seguinte.

3.3 INTERESSE PÚBLICO X INTERESSE DO PÚBLICO

De acordo com Amaral (2006), o jornalismo deveria ser baseado no interesse público, não no interesse do público. Ela explica que é por esse motivo que nem sempre as notícias são de interesse coletivo e que as mesmas não podem se restringir ao *fait divers* e à perspectiva do público.

Amaral (2006) define e questiona o interesse do público como sendo aquilo que a imprensa imagina o que o público queira ver. A autora também questiona esse termo, uma vez que a abordagem trata de interesses e de direitos individualistas, colocados sob um panorama da coletividade.

Ela chega à conclusão de que os veículos de comunicação, principalmente aqueles que se denominam populares, se submetem ao interesse do público, ignorando, assim, os princípios éticos jornalísticos:

Mas, o que temos constatado é que os jornais populares priorizam temáticas e enfoques de assuntos de interesse do público em detrimento dos assuntos de interesse coletivo, talvez uma característica inerente aos jornais populares por serem muito excessivamente tensionados pela lógica comercial. (AMARAL, 2006, p.10)

Christofoletti (2005) corrobora desse ponto de vista e utiliza o argumento de Francisco Karam, para expressar sua opinião:

há casos em que o acontecimento vem num pacote de fatos ou declarações, a título de interesse público, embalado numa retórica eficaz e, do ponto de vista ética, subsumido em certo cinismo, que resulta em conseqüências bastante graves. (KARAM, apud CHRISTOFOLETTI, 2005, p.193-194)

Machado e Moreira (2005) ressaltam que o privilégio do interesse do público é consonante com a ideia da notícia como mera mercadoria.

O pólo econômico define a empresa jornalística como uma indústria subordinada ao lucro, aprofundando o caráter da notícia como mercadoria. Na medida em que ocorre essa subordinação, dois questionamentos se apresentam sobre o jornalismo como negócio privado: ele está apto a desempenhar o papel de promotor da cidadania e do interesse público, nos moldes de um jornalismo público? Por que este tipo de jornalismo deveria ser o mediador das informações de interesse público? Na esteira dessas questões, podemos perguntar ainda se a função mediadora não deveria ser desempenhada justamente pelos jornalistas públicos. (MACHADO e MOREIRA, 2005, p. 118 - 119)

A partir dessas reflexões, caminhamos para a compreensão da ideia de interesse público. Rossignolli, Assêncio e Cordenonsi (2013) utilizam o argumento de Chaparro para afirmarem que o interesse público não pode ser considerado apenas um fato isolado.

O interesse público não está no fato isolado. Mas o fato isolado pode simbolizar o interesse público, porque manifesta a agressão a um valor (ou princípio) estabelecido como bom pela sociedade. No valor agredido, e não no fato, estão as razões do interesse público (CHAPARRO). Por essa razão delimitar apenas um ou dois critérios determinados que corroborem o conceito de interesse público é arriscado, uma vez que as inconsistências, muitas vezes, residem nos próprios conceitos [...] (ROSSIGNOLLI, ASSÊNCIO E CORDENONSI, 2013, p.5)

Amaral (2005) lista como fatores que constituem o jornalismo de interesse público a valorização do conhecimento cotidiano de quem vive as situações; a consideração o leitor não como mero consumidor de jornal; o encorajamento ao cidadão, no intuito de que ele a se envolva com a vida pública; o privilégio à compreensão do fato; entrevistas humanizadoras. Além desses fatores, ela acrescenta a instituição de valores sociais às notícias e incorporar boxes de informações, telefones, serviços, endereços eletrônicos; a atribuição de um entorno institucional ao problema; o questionamento à população no que refere às suas preocupações; o exame de soluções para os problemas; a construção do conhecimento; e investigação de diferentes aspectos da história.

É nesse sentido que Amaral avança no raciocínio sobre a possibilidade de a imprensa chamada de “popular” produzir conteúdo que seja voltado ao interesse público. A autora afirma, então, que os jornais devem ser populares não somente no preço nas bancas, pois eles ainda possuem a missão social de formar opiniões.

O jornalismo, para popularizar-se, não poderá ignorar o "mundo da vida"; e tem de fazer uma ponte entre sua posição de leitor do mundo e o mundo do leitor. O jornalismo popular só tem viabilidade se responder a demandas sociais da população e se estiver inserido culturalmente junto ao segmento de leitores a quem se dirige. Para tal, é imprescindível que os jornalistas conheçam previamente seu leitor e os jornais estabeleçam estratégias específicas em cada caso. (AMARAL, 2006, p.12)

A pesquisadora ainda ressalta que devemos nos questionar sobre a possibilidade de fazer um jornalismo de cunho popular, desprovido de sensacionalismo e de caráter comercial e financeiro, mas que seja provido de informação “social e cultural”. (AMARAL, 2006, p.12)

Outro fato relevante que a pesquisadora destaca é que a mídia precisa ter em mente que apesar do depoimento do povo ser de grande importância, principalmente em um conteúdo de cunho popular de qualidade, não é apenas ele que deve constituir uma reportagem, uma vez que nem sempre a versão contada por fontes populares consegue esclarecer a história contada. “A urgência dos necessitados não pode imobilizar a notícia ou inviabilizar a reflexão.” (AMARAL, 2006, p.12)

Nesse contexto, Amaral sugere que o jornalismo popular na contemporaneidade é baseado na “matriz cultural”:

Os jornais auto-intitulados populares baseiam-se em elementos de uma Matriz Cultural que valoriza o cotidiano, a fruição individual, o sentimento e a subjetividade. O público passa a se enxergar individualmente nos jornais, num processo em que a fruição individual suplanta o interesse público. Os jornais dão visibilidade ao universo das contra-racionalidades e das horizontalidades (o mundo do cotidiano) (SANTOS, 2002a). (AMARAL, 2005, p. 8)

A autora afirma que as verticalidades são abrangentes ao ponto de abarcar, também, o âmbito econômico. Já as horizontalidades estariam restritas ao mundo das banalidades, diferentes espaços de tempo, de vivência e das racionalidades. Além disso, a informação, nesse caso, está diretamente atrelada ao espetáculo.

Os assuntos públicos são muitas vezes ignorados, o mundo é percebido de maneira personalizada e os fatos são singularizados ao extremo. O enfoque sobre grandes temas recai sobre o ângulo subjetivo e pessoal. O público leitor, distante das esferas de poder, prefere ver sua cotidianidade impressa no jornal e a informação é sinônimo de sensação e da versão espetacularizada das diferentes realidades individuais. (AMARAL, 2005, p. 8)

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que tanto o interesse público quanto o interesse do público também estão presentes no rádio. De acordo com Sant'Anna (2007), muitas vezes o interesse do interesse do público se sobrepõe ao interesse público. Ele explica que o número de jornalistas atuando nas rádios brasileiras diminuiu nos últimos anos, enquanto o índice de jornalistas que atuam fora do mercado, como “jornalistas das fontes” aumentou. O pesquisador parafraseia o discurso de Wolf (2003) para afirmar que essa situação é preocupante.

Esta realidade preocupa na medida em que considerarmos que a ampliação do fluxo de informação em direção às re- dações pode ter como consequência a queda da independência e da qualidade do trabalho jornalístico e a transformação de setores das empresas jornalísticas, ou mesmo de redações inteiras, em autênticos departamentos de seleção e triagem de notícias prontas para a difusão. (WOLF apud SANT'ANNA, 2007, p. 77)

Sant'Anna reitera que a carência de profissionais qualificados é ainda maior nas rádios FM's. O autor afirma que algumas das razões para a falta de jornalistas nas rádios são a falta de fiscalização da Anatel para que as emissoras cumpram a determinação de que ao menos 5% da programação deve possuir conteúdo jornalístico. Outra razão é que entre os três setores midiáticos, o radiofônico é o que menos recebe verbas publicitárias. Sem essa verba, o pesquisador explica que a contratação de jornalistas é relegada a último plano. Além disso, ele também destaca que como não é obrigatória a regionalização da produção, muitas emissoras vendem espaços da

programação, optando pelo sistema de redes nacionais, no qual os boletins informativos são produzidos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Sem dinheiro e sem jornalistas, muitas emissoras optam em vender espaços a terceiros. São terceirizadas a produção de conteúdos e a operacionalidade dos programas. É difícil mensurar quantos programas difundidos no Brasil são produzidos desta forma. A diversidade de conteúdos é infinita. Reforma agrária, pequenos empresários, religião, política, meio ambiente, justiça, educação, organismos governamentais... são alguns exemplos de temas e de atores que se valem do rádio como veículo de difusão de suas notícias. (SANT'ANNA, 2007, p. 80)

Com isso, as informações veiculadas podem não ser do interesse da população da cidade que vendeu seu espaço na programação para as grandes redes, pois a informação não é regional. Mas é do interesse das grandes emissoras que a informação seja veiculada.

Amaral reitera que o jornalismo popular também tem a missão de formar cidadãos e que estabelecer o que existe de jornalismo no nicho popular é um começo para que esse segmento seja mais valorizado. No próximo capítulo, discutiremos um pouco mais sobre essa questão e sobre a ligação da mesma com o interesse público ao analisar o conteúdo do programa Ronda Policial, o qual alia jornalismo ao serviço de utilidade pública, sendo que esse mesmo programa possui caráter popular. Tal análise será feita a partir de uma série de entrevistas com pessoas que estão e estiveram à frente do programa.

4 A CREDIBILIDADE ASSOCIADA A UTILIDADE PÚBLICA NA RONDA POLICIAL: UMA HISTÓRIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO JORNALISMO

No presente capítulo, faremos uma análise do conteúdo do programa Ronda Policial. Contudo, antes dessa análise, contaremos, brevemente, a história de nosso objeto de estudo.

Como já mencionamos anteriormente, logo no início da incorporação de notícias policiais à programação das rádios brasileiras, os acontecimentos referentes a essa área eram diluídos ao longo da programação.

Segundo relatos do jornalista Wilson Cid (2015, APÊNDICE B), em Juiz de Fora essa situação mudou na década de 50, quando o também jornalista José Carlos Lery Guimarães e seu irmão Heitor Augusto criaram o programa Ronda Policial. Antes disso, a Rádio Industrial já havia tentado criar um programa de cunho policial, a Resenha Policial, em 1949. Mas, a experiência não deu certo.

Veiculada na extinta Rádio Sociedade, de 17h30 às 18h, a Ronda antecedia o Programa da Vida, do Padre Wilson Vale da Costa. Este, de acordo com Cid, era um grande líder de audiência e muitas de suas notícias eram aquelas que já haviam sido transmitidas na Ronda. Além disso, o Programa da Vida, do Padre Wilson Vale da Costa tinha o intuito de fazer uma reflexão sobre os problemas da sociedade juiz-forana e sobre a criminalidade.

Cid destaca que na década de 50 a criminalidade era totalmente diferente do quadro que temos nos dias de hoje. O crime mais comum era do tipo passional, no qual os cavalheiros atentavam contra a vida de um rival ou de suas esposas, a fim de, como diz o pesquisador "lavar a honra com sangue" (CID, 2015, APÊNDICE). Latrocínio, por exemplo, crime caracterizado por roubo seguido de morte, ele afirma que era incomum.

Paulo César Magella corrobora com esse ponto de vista e também fala sobre a mudança no perfil dos crimes com o decorrer dos anos:

O comportamento das pessoas mudou muito. O perfil do crime mudou muito. O número de ocorrências também mudou muito. Vamos primeiro ao número: eu falava, por exemplo, em um furto de carro por mês, um homicídio por mês. Hoje, nós temos 130 homicídios por ano, uma média preocupante e ascendente.

O perfil do crime: tínhamos muitos furtos, até roubos, mas furto era mais comum. Tínhamos ocorrências de acidentes de trânsito e, esporadicamente, um homicídio. Não tínhamos um enfrentamento tão excessivo entre gangues. Juiz de Fora sempre teve galeras, não gangues. Eram grupos de jovens, sem identidade, que entravam em bairros vizinhos e apenas brigavam entre si. Hoje, os grupos possuem identidade e um exacerbado senso de posse. "O lugar é nosso e se entrar alguém estranho, a gente mata". A violência também se tornou uma forma de busca de identidade das galeras. (MAGELLA, 2015, APÊNDICE A)

O jornalista ainda revela que outra diferença entre a sociedade da década de 50 e a atual é que o crime estava concentrado em poucas áreas da cidade, as quais ficaram conhecidas como "Zona Boêmia". Cid afirma que o termo "Zona Boêmia" era uma referência às ruas Benjamin Constant e arredores, Hipólito Carón e região próxima a essa rua e Henrique Váz.

Apesar de não ter trabalhado no programa na década de 50, a jornalista Regina Campos (CAMPOS, 2015, APÊNDICE I), que atuou como repórter do programa, concorda com esse fato de que a violência atingia índices menores durante o tempo em que esteve na Ronda. “A cidade não era violenta como é hoje. Um assassinato era raro, e, quando acontecia, era a grande manchete do dia. Acompanhávamos as investigações mais de perto, uma vez que os casos não eram comuns.”

Cid também conta que, no princípio de 1960, as iniciativas de fazer programa policial aumentaram e a Rádio Industrial criou o programa Repórter da Madrugada, veiculado de meia noite às quatro da manhã, cujos apresentadores eram José Carlos Lery Guimarães e ele. Ambos saíam em um caminhão de reportagem pela cidade, a fim de noticiar os crimes que ocorressem. O pesquisador revela que a maioria das ocorrências era registrada na “Zona Boêmia” e que esses acontecimentos seriam reaproveitados na Ronda Policial do dia seguinte.

Nesse tempo, Cid pontua que a Ronda não possuía um roteiro de papel. Muitas vezes, os produtores não tinham tempo para redigir um roteiro e, por isso, na hora do programa eles tinham apenas as sonoras, em fita magnética. Essa passagem nos remete a refletir, como fizemos no segundo capítulo desse trabalho, como o rádio sempre exigiu versatilidade dos profissionais e como se apresenta historicamente também como uma escola do improviso.

A jornalista Vanesca Dias (2015, APÊNDICE G), que foi repórter do programa durante quatro anos, mas em um período compreendido entre 1996 e 1999 e, posteriormente, de 2001 a 2002, confirma que era comum chegar da delegacia ou de alguma cena de crime faltando poucos minutos para o início do programa e que, muitas vezes, nem tempo para editar as sonoras ela tinha. Por isso, as sonoras eram veiculadas sem edição e o seu texto era baseado nas anotações feitas na rua.

Cid (2015, APÊNDICE B) conta que esse fato já acontecia desde os primórdios do programa e ressalta que nesse tempo, as anotações também norteavam os apresentadores e não somente o repórter, como sucedia no período em que Dias esteve na Ronda.

Campos (2015, APÊNDICE I) explica que, na época em que fez parte do programa era comum passar duas horas na delegacia, copiando as ocorrências diárias.

Trabalhei na época em que não tinha computador, internet e telefone celular. As ocorrências eram feitas à mão e lidas uma a uma pelo repórter. Passávamos mais de duas horas na sala de imprensa do 2º BPM copiando à mão as ocorrências de destaque, que já haviam sido separadas por um policial destacado somente para atender a imprensa. Depois, passávamos na delegacia para acompanhar as investigações e gravar entrevistas com os delegados.

E, falando em âncoras e produtores, Cid afirma que os profissionais que foram de extrema importância e ganharam destaque com a Ronda foram José Carlos Lery Guimarães (o primeiro apresentador do programa e que contava com o auxílio de José Romeu Ribeiro de Sá), Paulo Lopes e o Carlos Neto.⁸ Além desses, outros apresentadores que passaram pela Ronda foram Alfanasio Zajade e Helvécio Claudio dos Santos.

O jornalista também revela outro detalhe importante sobre a Ronda: é que, além de ter sido um dos primeiros programas líderes de audiência da Rádio Sociedade, seu prefixo também se consolidou, ao longo de dos anos, como a sirene policial.

A Ronda, de acordo com o jornalista, possuía uma pauta bem limitada, visto que, como já explicamos, a cidade era mais pacata do que atualmente. Por isso, foi necessário acrescentar aos assuntos do dia acidentes de trânsito.

Cid (2015, APÊNDICE B) afirma que, no que se refere à utilidade pública, apesar dela fazer parte da Ronda desde o seu início, essa prestação de serviço não era tão forte no programa, uma vez que o Programa da Vida, do Padre Wilson Vale da Costa já atendia boa parte da demanda da população nesse sentido. Apesar disso, sempre que existia algum pedido de doação de móveis, alimentos, etc, o mesmo era atendido sem demora.

Paulo César Magella (2015, APÊNDICE A), atual apresentador do programa, destaca que, em todo o período de cerca de 20 anos em que está à frente da Ronda, foram raras as ocasiões nas quais os pedidos e apelos que ele fazia à população não foram atendidos, quando a Ronda era veiculada na Rádio Solar AM. Ele conta que,

⁸ De acordo com o Jornal Tribuna de Minas, o jornalista e radialista policial Carlos Neto, faleceu no dia 18 de fevereiro de 2016, aos 81 anos, em decorrência de falência múltipla de órgãos. Carlos iniciou a sua carreira no final da década de 1950 na antiga Rádio Industrial. A partir de 1973, esteve na equipe do Diário Mercantil e do Diário da Tarde. Em 1975, passou a fazer parte da antiga Rádio Solar AM (PRB-3), comandando a Ronda Policial, até a década de 1990, quando aposentou-se. O nome completo do jornalista é Carlos Fedóceo, mas, por ser o mesmo nome do pai e do avô, adotou o Neto como sobrenome artístico. Carlos nasceu em 16 de agosto de 1934. Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/tribuna-de-minas-editorias/tribuna-de-minas-cidade>. Acesso em 10 de março de 2016, às 18:50.

muitas vezes, assim que ele acabava de fazer o pedido no ar, o telefone da Rádio tocava e era alguém querendo fazer uma doação.

No entanto, nossos argumentos teóricos também sustentam nossa hipótese de que a utilidade pública da Ronda Policial não se caracterizava ou ainda se apresenta apenas por meio de um quadro específico que trate de doações ou qualquer outro tipo de assistência material à sociedade. Partimos do pressuposto de que o trabalho de construção, planejamento, apuração e de divulgação das notícias tem relevante papel conceitual e prático no que se refere à utilidade pública e prestação de serviços.

Assim, Cid (2015, APÊNDICE B) cita quatro momentos como os mais marcantes, em sua opinião, na história do programa: o crime do Bené⁹, o crime do Casarão¹⁰, o caso do banqueiro Hernani, que desapareceu misteriosamente e o incêndio no Circo de Niterói¹¹. Todos os fatos contaram com a cobertura total da Ronda. Cid volta um pouco mais na história para explicar que, no período da Ditadura Militar, a Ronda continuou com a cobertura apenas de crimes do cotidiano.

O jornalista Marcelo Lima (2015, APÊNDICE F) - que atuou na produção do programa entre 2004 e 2008 e, posteriormente, em 2010 - destaca que outro momento marcante da história foi a primeira rebelião de presos ocorrida na penitenciária Ariosvaldo Campos Pires. Ele conta que foi cobrir a rebelião e acabou tendo que entrar com um flash ao vivo de dentro da prisão:

[...] A Rádio Solar assumiu um papel preponderante na negociação com os líderes. Na época, o deputado da Comissão de Direitos Humanos, Gabriel Rocha, o Biel, conversou com um preso, ambos estavam dentro da cela. O preso era líder da rebelião e começou a ficar irritado e agrediu os agentes penitenciários. O Biel tentou acalmar o líder dentro da cela e o Paulo César, do estúdio, tentou fazer o mesmo. O rádio assumiu um papel importante, porque eram vidas que estavam ali, coisa que nenhum outro veículo teria capacidade técnica para fazer. Com um celular lá dentro, a gente conseguia conversar com os presos e jogar no ar. A Rádio acompanhou a rebelião desde

⁹Esse crime se constituiu como o assassinato de Bené, gerente bancário, em uma quarta-feira de Cinzas.

¹⁰Um corretor de imóveis foi misteriosamente assassinado em uma mansão na esquina da Rua Santo Antônio com a Constantino Paleta. Entretanto, o caso nunca foi solucionado.

¹¹Cid relata que ele e o José Carlos Lery estavam na estrada, perto de Niterói, quando avistaram o incêndio em que morreram mais de 300 pessoas. Eles ligaram para a rádio, em Juiz de Fora, e transmitiram a notícia do incêndio de Niterói mesmo.

o primeiro momento até a saída do último refém. Felizmente, ninguém morreu. [...]

A jornalista Vanesca Dias (2015, APÊNDICE G) conta que foi no período entre 1998 e 1999 que a Ronda ganhou quadros e um formato diferente. O *Em Dia com a Lei*, aliás, é um dos quadros que foram inseridos no programa nessa fase e que reforça nossos argumentos de que o jornalismo contribui, e muito, para o sentido de utilidade pública:

[...] Só que, no início, a Ronda tinha um formato quadrado. Era assim: você trazia as ocorrências da Polícia, digitava para o locutor, ele lia e acabava o programa. Com o tempo, como eu era jornalista, eu gostava muito do que eu estava fazendo, eu acabei me adaptando muito à área da Polícia e tal. Então, nós começamos a mexer. Tinha uma produtora, que era a Mônica Valentim, que não trabalhava na Ronda. Um dia, resolvemos fazer uma mudança na Ronda. Nós revolucionamos e fizemos um programa mesmo, com início, meio e fim. Nós criamos o *Em dia com a Lei*, que eles usam na CBN hoje e entrevista ao vivo, que não tinha antes, pois era apenas leitura de ocorrência. Então, tinha que ter todos os dias uma entrevista ao vivo e um destaque no final da Ronda. Nesse momento, a Ronda se tornou um programa mais elaborado.

Ela ainda destaca que um dos momentos mais importantes da Ronda, em sua opinião, foi quando noticiou, em primeira mão, o esconderijo do traficante carioca Elias Maluco.¹² “Quem descobriu onde ele estava escondido fui eu. Eu noticiei em primeira mão em Juiz de Fora e no Brasil inteiro. Ele estava escondido em Mar de Espanha, aqui perto.”

Em 5 de dezembro de 2008, a Ronda Policial saiu do ar, e toda a programação diária da Rádio Solar AM foi substituída. Durante o horário de funcionamento da rádio tocava apenas música sertaneja.

¹²Elias Maluco assassinou o jornalista Tim Lopes. De acordo com informações do site Memória Globo, “Na madrugada do dia 2 de junho de 2002, o jornalista da Globo Tim Lopes foi morto enquanto realizava uma reportagem sobre abuso de menores e tráfico de drogas em um baile funk na favela da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro. O repórter foi sequestrado, torturado, “julgado” e executado por traficantes liderados por Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco. O crime chocou a população e foi encarado como um cerceamento à liberdade de imprensa. Tim Lopes decidiu fazer a reportagem depois de receber denúncias de moradores da região de que suas filhas estavam sendo obrigadas por traficantes a participarem dos bailes funks. (...) em 3 de junho, um corpo foi encontrado carbonizado, mas o reconhecimento só poderia ser feito dias depois, através de testes de DNA.” Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/tim-lopes-assassinato/sobre.htm>. Acesso em 26 de janeiro de 2016, às 22:04.

Segundo relatos de Magella, em 16 de julho de 2012 a programação da Solar AM voltou ao normal e, assim, a Ronda também retornou à grade da Rádio.

Entretanto, em janeiro de 2015 a Rádio Solar AM foi extinta, cedendo lugar à CBN Juiz de Fora, "A rádio que toca notícia". Os dois programas que sobreviveram à mudança foram o esportivo Super Bate Bola e a Ronda Policial.

O jornalista Gláucio Grigori (2015, APÊNDICE D), atuou como produtor do programa também nessa fase de transição e explica que, apesar da mudança de estilo e de público, a maneira de pensar a Ronda continuou a mesma, assim como a linguagem. "A linguagem continua a mesma, apenas brincamos menos por conta do padrão CBN. Com a nova programação, buscamos atingir novos públicos sem perder aqueles que sempre nos acompanharam fielmente."

Magella (2015, APÊNDICE A) compartilha esse ponto de vista e destaca que a modernidade também é um fator que colaborou para a mudança na linguagem do programa.

As pessoas têm menos tempo e paciência para ouvir rádio e ler jornal. Por isso, precisamos ser mais concisos na linguagem. Também precisei diminuir as brincadeiras que eu fazia na Solar, porque o formato da CBN é outro. Não seria adequado que eu fosse o primeiro a desrespeitar esse formato.¹³

O apresentador afirma que a Ronda se enquadra na categoria do jornalismo policial, que busca mostrar de maneira clara e concisa a realidade da criminalidade em Juiz de Fora, sem para tal, se utilizar do sensacionalismo. Será que isso é possível? Tentaremos responder a essa e tantas outras indagações na análise a seguir.

Durante sete dias, de 19 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, acompanhamos e gravamos o programa Ronda Policial. O objetivo dessa análise é investigar os caminhos pelos quais a Ronda construiu, ao longo dos anos, o conceito de utilidade pública e como ele tem relação direta com a ideia de credibilidade no jornalismo.

¹³Algumas brincadeiras que Magella fazia quando a Ronda era veiculada na Rádio Solar eram: nas sextas-feiras, ele tinha o costume de falar que esse era o dia de "bater na cara do sapo" e de "dar um tapa no beijo". Em algumas ocasiões, como no programa do dia 18 de março de 2014, para encerrar a Ronda, ele também dizia que "Papai-do-céu dizendo jóia, amanhã a gente volta para novo programa." Nesse mesmo dia, o apresentador também brinca na abertura do programa: "[...] Boa tarde, para quem é de boa tarde. Boa noite para quem é de boa noite e bom dia para você que é de bom dia. Boa tarde, minhas amigas donas de casa, para quem está dentro, quem está fora, quem está no botequim e quem não está. [...]" A partir dessas frases e expressões, percebemos informalidade da linguagem e descontração por parte do apresentador. Foi essa informalidade, com a qual o juiz-forano conviveu durante longos anos, que foi adaptada ao padrão CBN.

Regina Campos (2015, APÊNDICE I) destaca que a prestação de serviços é uma ferramenta de grande importância para a Ronda.

A utilidade pública sempre foi uma questão muito preciosa para mim. Era gratificante ver como as pessoas eram solidárias aos pedidos feitos na rádio. Muitas vezes, fui pessoalmente pegar as doações e encaminhá-las ao destinatário. Costumava, dependendo do caso, fazer uma matéria, com entrevistas, baseada nos pedidos feitos na Ronda. Remédios, roupas, material de construção e eletrodomésticos, muita coisa era doada na Ronda. Uma vez, ao ir buscar uns remédios doados, o senhor agradeceu pela oportunidade que a Ronda estava dando a ele de fazer o bem. Esse também é o nosso papel, eu acredito.

Esse relato vai ao encontro à ideia do jornalista Maurício Oliveira (2015, APÊNDICE E) de que a Ronda é mais do que um programa policial, já que mesmo em meio a uma notícia policiaisca, a utilidade pública não desaparece.

A Ronda sempre foi mais que um programa policial. Era o canal em que os ouvintes mandavam recados para amigos e familiares, anunciavam a perda de animais, pediam ajuda para conseguir remédios, móveis, consulta médica. Sem contar que durante muitos anos prestava assessoria jurídica com a participação de uma advogada, que respondia diretamente algumas questões enviadas por ouvintes.

No primeiro programa analisado, do dia 19 de junho, logo notamos que a utilidade pública está presente através da participação do ouvinte, que solicita uma doação - como vimos nos capítulos anteriores deste trabalho, essa é uma prática comum nos programas populares. E Magella faz um pedido de doação para uma ouvinte no início do segundo bloco do programa. “Eu vou pedir uma ajuda para a Silvanea. Ela está pedindo a doação de um andador, pois tem dificuldade de locomoção. Quem puder ajudar pode fazer contato pelo telefone [...]” (RONDA POLICIAL, 19 DE JUNHO DE 2015.)

Outra passagem de destaque na Ronda do dia 19 é o momento em que o jornalista Gláucio Grigori alerta os motoristas para o fato de que a 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar promovia naquela data ações de patrulhamento em diversos pontos da cidade. Nesse momento, Magella interfere e aconselha àqueles que estivessem motorizados, mas sem a carteira de habilitação, que voltassem em casa e pegasse o documento. Esse fato é relevante, pois convida à reflexão sobre o fato de que é preciso estar sempre atento para não se prestar um “desserviço” à comunidade. Isso porque apesar da operação de blitz promovida era um acontecimento para o qual a mídia não podia deixar de noticiar, por seu grau de importância. Contudo, essa atitude também

proporciona que indivíduos que estão “fora-da-lei” sejam avisados, ocasionando, desse modo, a fuga dos mesmos.

Além disso, o apresentador também chama a atenção do ouvinte em uma ocorrência na qual um caminhão ficou atravessado entre a Rua Nair Furtado de Souza e a Ladeira Alexandre Leonel, no bairro Cascatinha. Esse fato aconteceu porque o caminhoneiro, que vinha de São Paulo, não conhecia a cidade e se orientou pelo GPS. Então, o equipamento indicou que ele fizesse uma manobra errada. Magella alerta para o fato de que existem casos em que esse aparelho tem levado as pessoas para favelas e as histórias terminam tragicamente. Por isso, ele afirma que é necessário atualizar sempre a tecnologia ou, então, perguntar para pessoas do local para onde se vai qual o melhor caminho a ser tomado.

Já no programa do dia 22 de junho, ao analisarmos todo o conteúdo apresentado, percebemos que as notícias são de interesse público e não somente de interesse do público, conforme debatemos teoricamente nessa pesquisa. Tal constatação é feita, visto que os fatos veiculados abordam acontecimentos que sugerem a reflexão crítica do ouvinte.

Uma das ocorrências que mais chama a atenção, sob o ponto de vista de repercussão social e, portanto de valor notícia, foi a do colégio na Avenida Sete de Setembro. Ele foi assaltado três vezes nos 22 dias daquele mês, tendo sofrido, ainda, sete arrombamentos até junho de 2015.

O programa destacou, ainda, dois táxis e dois ônibus que foram assaltados em diferentes pontos da cidade; agentes penitenciários flagraram três mulheres tentando entrar no Ceresp com aparelhos celulares, carregadores e maconha dentro de uma televisão de 14 polegadas; suposto pastor que invadiu uma igreja evangélica e ameaçou e agrediu duas mulheres continuava foragido; dois jovens foram presos após trocar tiros com a Polícia Militar no bairro São Benedito; oito pessoas foram presas na Operação Região Segura, desencadeada pela 4ª Região de Polícia Militar em Juiz de Fora. O intuito era coibir a criminalidade na cidade.

Além disso, também foi noticiado que o comandante-geral da Polícia Militar, o coronel Marco Antônio Bianchini, esteve em Juiz de Fora, no dia 19. Ele havia anunciado que terminaria em junho ou julho o processo para publicação de edital para terceirização de 2.550 viaturas da Polícia, sendo que Juiz de Fora estaria na lista das cidades contempladas; dois jovens se apresentaram à Delegacia em Santa Terezinha

para confessar o assassinato de um terceiro homem; um adolescente de 16 anos foi vítima de tentativa de homicídio no bairro Santa Cruz.

No bairro Teixeira, um pedreiro foi alvejado de raspão por dois disparos de arma de fogo. Um homem de 60 anos foi preso na feira livre da Avenida Brasil com 17 pedras de crack, dois papелotes de cocaína e 138 reais, enquanto outro, ainda na feira livre, fugiu ao avistar a polícia. Na fuga, ele deixou cair uma bolsa com sete papелotes de maconha prensada, um papелote de cocaína e 239 mídias de DVD's piratas. Um jovem foi preso por suspeita de tráfico no bairro Vila Alpina.

Entendemos que a composição do noticiário da Ronda nessa data trata de fatos de interesse público, uma vez que, a princípio, referem-se a assuntos que preocupam a comunidade. Por meio dessas ilustrações, temos, então, algumas sólidas impressões que nos permitem responder a nossa hipótese de que a utilidade pública se manifesta também por meio das pautas abordadas, da forma como elas são noticiadas, e dos possíveis impactos que elas possam ter nas comunidades.

Agora, distante dos recursos sensacionalistas, a Ronda Policial se aproxima bastante do que Amaral (2006) sugere aos veículos e programações populares, ou seja, que tratem as informações em uma linguagem mais universal, adequada ao público, mas que, acima de tudo, as propaguem de maneira reflexiva e responsável.

A partir desse levantamento dos fatos veiculados no programa dos dias 19 e 22 de junho, recorreremos, novamente, ao discurso de Cid no qual o pesquisador afirma que a violência nos primeiros anos de vivência Ronda era concentrada na chamada Zona Boêmia. Atualmente, somente pelo mapeamento de notícias que fizemos de dois dias de programa, percebemos que não existe mais tal concentração. A violência está presente em toda a cidade.

Podemos, também, utilizar a fala da jornalista Cláudia Figueiredo (2015, APÊNDICE H), que ressalta o papel da Ronda ao retratar os crimes da cidade: “O programa é uma radiografia dos índices de violência da cidade. Embora o programa nunca consiga divulgar todos os delitos registrados nas polícias, ele dá conta das ocorrências de destaque.”

No dia 23 de junho, percebemos a prestação de serviços na divulgação da tarde de beleza que aconteceu no dia 30 daquele mês. O evento foi promovido pela Casa da Mulher e visava estimular a valorização do sexo feminino. A utilidade pública também está presente no alerta para que motoristas que se dirigiam de Juiz de Fora para

Ouro Preto e vice-versa, se precavesses, pois o trânsito estava lento na estrada que liga as duas cidades devido a obras na via.

Além disso, nesse programa ainda constatamos o convite ao ouvinte a refletir sobre segurança pública e a superlotação dos presídios de Juiz de Fora – e a inexistência desses estabelecimentos em cidades vizinhas - através da notícia de que o pedido de interdição parcial das unidades prisionais do município foi rejeitado pelo juiz da Vara de Execuções Criminais. O objetivo da ação era impossibilitar a transferência de presos para os estabelecimentos da cidade, como foi solicitado pela Defensoria Pública e pela OAB de Juiz de Fora, após 170 internos de Governador Valadares serem transferidos para o sistema prisional juiz-forano.

Houve uma rebelião em Governador Valadares e 600 presos foram distribuídos por diferentes cidades de Minas. De acordo com a fundamentação do juiz, apesar do número de acautelados da cidade ser de, aproximadamente, 2250, valor que excedia em quase 100% o número de vagas existentes, a interdição parcial não solucionaria o problema da superlotação das penitenciárias da cidade. O magistrado ainda lembrou que cidades da região não têm presídio. Por isso, elas teriam que recorrer a locais distantes para que seus sentenciados pudessem cumprir pena.

Na Ronda Policial do dia 24 de junho, percebemos que a utilidade pública está presente, de forma marcante, na segunda metade do programa, quando Magella informa sobre uma alteração de rotina feita na BR – 040 pela Concer:

A Concer está advertindo e já não é nenhuma novidade, porque é uma rotina da Concessionária chamar a atenção para os pontos em obras para quem viaja para o Rio de Janeiro. Na Serra de Petrópolis as obras estão acontecendo de duplicação da pista e construção de um túnel, para facilitar o trânsito na Serra de Petrópolis e, por consequência, há trechos de PARE-SIGA e há trechos em que o trânsito flui com muita lentidão. O mesmo diz a Via 040, que é a concessionária que ocupa o outro trecho da BR – 040 - nesse caso, de Juiz de Fora até Brasília. A preocupação maior é nas áreas onde estão sendo construídas estações de pedágio. São muitas. Inclusive, muitas aqui na região perto de Juiz de Fora. [...] E com as condições de tempo precárias, a atenção deve ser redobrada. (RONDA POLICIAL, 24 DE JUNHO DE 2015.)

Outra notícia de destaque, nesse mesmo programa, também por seu caráter de utilidade pública, é uma ação do Pelotão de Policiamento de Trânsito deflagrada na manhã do dia 24, no bairro Bandeirantes. Durante as duas horas de abordagem, os policiais apreenderam 4 veículos, retiveram 16 carros e lavraram 10 autos de infração de trânsito, dentre as quais estavam a falta de pagamento de IPVA, veículos com pneus

sem condições de trafegar e aqueles com Insulfilm. A utilidade pública se reforça no fato de que Paulo César e Gláucio Grigori iniciam uma conversa esclarecedora sobre essa questão da proibição do Insulfilm no para-brisa dos carros. Deixam, ainda, um alerta para a população sobre o golpe que alguns lojistas aplicam relacionado ao produto mencionado. É o que constatamos no trecho do programa a seguir:

Paulo César: Essa questão do Insulfilm acho até que vale a pena uma conversa mais apurada com a Polícia, porque muita gente não sabe qual é a restrição, qual é o percentual...

Gláucio Grigori: No para-brisa, não se pode colocar...

PC: Na frente, nada...

GG: Nenhum... No para-brisa... Justamente isso...

PC: Nada, no para-brisa, que é exatamente onde o motorista tem que enxergar. Ali não pode colocar nada. Pode ser 10%... Não vale. Tem que tirar e ainda vai pagar multa. Na lateral, alguns dizem que tem um percentual de 15, 30%... Seria interessante até perguntar para a Polícia, em uma entrevista, saber como é que funciona, qual é o percentual, porque tem gente que tem o carro completamente escuro. Você não enxerga absolutamente nada. Tudo bem que dá privacidade para o motorista, mas a visão dele também fica comprometida.

GG: Fica comprometida e....

PC: Ele não consegue olhar o retrovisor. Ele não consegue olhar para o lado, nem para trás.

GG: Juiz de Fora ainda não conta com o equipamento que faz a verificação da película, de quantos por cento de transparência tem ali. Mas, essa é uma prática que, muitas vezes é fraudada pelas lojas que aplicam esse tipo de película nos carros, porque muitas vezes, o próprio lojista coloca uma chancela diferente. (...) Se, por ventura, ele colocar que o G5, que é cinco por cento de transparência, é um G20...

PC: Fica complicado. (RONDA POLICIAL, 24 DE JUNHO DE 2015.)

Nesta passagem também constatamos o caráter popular que o programa apresenta. Como mencionamos no capítulo anterior, o jornalismo popular se caracteriza pela proximidade com o público. E é exatamente isso o que vemos no trecho acima, pela linguagem coloquial e íntima com a qual Paulo César Magella se dirige ao ouvinte, oferecendo conselhos também. Como já vimos, a intimidade é uma das características do rádio como veículo de comunicação, cujo objetivo é aproximar o locutor do público. Essas informações vão ao encontro ao ponto de vista de Maurício Oliveira (2015, APÊNDICE E) sobre o assunto:

Clareza na informação, linguagem de fácil compreensão o que aproxima ainda mais o ouvinte e a apresentação do Paulo César Magella que não podemos deixar de destacar. Ele é a marca do programa pela leveza e “bate-papo” que consegue executar diante os microfones. O programa contribuiu para incentivar outras redações a investirem em tal editoria.

Ou seja, é uma conversa que provoca o ouvinte a pensar, a refletir e a se mobilizar, como podemos ver no exemplo a seguir, o qual foi retirado do programa do dia 24:

Voltando à questão do trânsito, eu queria lembrar que não é só motorista que é culpado pelas “bandalhas”, não. Pedestre também viu? Tem gente que atravessa fora da faixa. Tem gente que atravessa com o sinal verde, sem olhar... Quer dizer, é uma educação mútua. Todo mundo tem que estar atento. (...) São coisas que envolvem mais a educação do que a punição. (RONDA POLICIAL, 24 DE JUNHO DE 2015.)

O destaque da Ronda do dia 24 é outro ponto que deve ser mencionado no presente trabalho. Isso porque o mesmo evidencia que o objetivo do programa não é apenas ressaltar os aspectos ruins das notícias, correndo o risco de enveredar pelos caminhos do sensacionalismo. Pelo contrário. A notícia em questão é sobre o resultado de uma pesquisa promovida pela Secretaria de Estado de Defesa Social, a Seds, que mostrou que Juiz de Fora é a quarta cidade de Minas Gerais em número de homicídios registrados nos cinco primeiros meses de 2015. As três primeiras são: Belo Horizonte, com 242 assassinatos, Betim, com 91 registros e Contagem, com 89 casos. Juiz de Fora apresentou 53 homicídios.

Se por um lado existe essa carga negativa na notícia, por outro, é destacado o fato de que esse índice em Juiz de Fora era menor do que as taxas apresentadas no mesmo período do ano anterior, quando foram registrados 63 casos.

Além disso, o delegado titular da Delegacia de Homicídios falou sobre o compromisso que este órgão possui para com a população e destacou que o número de operações a fim de combater o crime na cidade aumentou nos últimos anos. Ou seja, a notícia não se preocupa apenas em chocar a população ou deixá-la apavorada o que, como já vimos anteriormente, é característico do sensacionalismo. O objetivo, ao que nos pareceu, foi o de informar o ouvinte que, apesar dos índices de homicídios não serem pequenos na cidade, a polícia está trabalhando para proteger a cidade. Da mesma forma, a abordagem do noticiário nos passou a impressão de que havia uma preocupação em motivar as pessoas a se mobilizarem também na prevenção e na divulgação de informações que possam ajudar as polícias a solucionarem os casos. Isso é o que afirma o jornalista Ricardo Ribeiro (2015, APÊNDICE C), que se tornou chefe do departamento de jornalismo da Rádio Solar AM em 2013 e, posteriormente, da CBN, onde permaneceu durante o ano de 2015:

A Ronda Policial traça um quadro da atual situação de segurança pública da cidade. Ela não apenas informa as ocorrências como entrevistas especialistas, policiais e autoridades sobre o assunto, muitas vezes em tom de cobrança, questionando medidas efetivas para oferecer um cenário de tranquilidade à população. Tudo isso, sem recorrer aos programas de níveis duvidosos que estamos acostumados quando se trata do assunto.

Também percebemos que a notícia, apesar de falar sobre cidades de Minas, tem como principal foco Juiz de Fora. Esse enquadramento se repete nos demais programas que analisamos, ressaltando a característica regional da Ronda. Contudo, isso não descarta que sejam veiculadas notícias de cidades vizinhas a Juiz de Fora, de modo que os ouvintes desses municípios também se sintam abrangidos pelo programa.

Em 25 de junho, Paulo César Magella fez um apelo no início do segundo bloco do programa. “O Marco Aurélio Mariano Alves, morador do bairro Vila Ideal, perdeu todos os documentos. Ele pede a quem encontrá-los ligar para [...]”. Apesar de essa passagem do programa indicar novamente para o caráter de prestação de serviços e de utilidade pública da Ronda, o jornalista Ricardo Ribeiro (2015, APÊNDICE C) entende que, situações como essa, que envolvem esse tipo de participação do ouvinte deveriam ser repensadas, fundamentalmente com mais espaço para que as pessoas possam expressar suas opiniões nos microfones.

Talvez precisássemos ouvir mais as pessoas que nos escutam. Nesse caso, precisaríamos discutir um modelo proposto pela rede CBN. Mas, talvez esse ouvinte não precisaria participar, ao vivo, mas sua opinião pode ser gravada ou registrada através de celular, telefone do estúdio ou redes sociais.

Sobre as redes sociais, o jornalista Gláucio Grigori (2015, APÊNDICE D), também acredita que a participação do programa na web deveria ser mais efetiva:

Acredito que o quadro (de utilidade pública) funciona muito bem da forma que é feito. Entretanto, precisamos estar mais presentes em outras mídias. Quando precisamos falar de alguém que está desaparecido, recorremos ao facebook e ao site do Jornal (Tribuna de Minas), já que nos dias atuais devemos estar presente em todas as mídias possíveis.

Para Grigori, o sucesso que o quadro de utilidade pública da Ronda Policial alcançou, assim como a credibilidade do mesmo, se deve aos laços de confiança que o ouvinte criou nos profissionais de rádio no decorrer dos anos. Ele afirma que, quando um ouvinte pede algo no rádio, a pessoa que vai ajudar sabe que não se trata de um falso pedido e que a encomenda será entregue ao verdadeiro destinatário.

A utilidade pública com elo na mobilização social também está presente no programa do dia 25 no momento em que os motoristas são orientados a portar o Certificado de Registro e Licenciamento Veicular (CRLV), pois o documento do ano vigente seria cobrado a partir de primeiro de julho de 2015.

Já na Ronda do dia 26, percebemos o serviço de utilidade pública logo no início, quando Gláucio Grigori instrui o ouvinte sobre como se cadastrar pela internet para efetuar uma vistoria veicular, explicando os casos em que a mesma era necessária, como e o site onde o agendamento poderia ser efetuado:

[...] E agora, com essa nova tecnologia disponibilizada pelo Governo do Estado, através do site mg.gov.br, o contribuinte pode fazer o agendamento prévio dessa vistoria. Esse sistema, cabe ressaltar, ele entra em vigor a partir do próximo dia 1º, ou seja, quarta-feira, na próxima quarta-feira. [...] (RONDA POLICIAL, 26 DE JUNHO DE 2015.)

Grigori também atesta a eficácia do sistema, a fim de convencer o ouvinte da facilidade em se navegar pelo mesmo:

[...] E só lembrando, o sistema é realmente muito auto-explicativo e eu acredito que o amigo ouvinte não vai ter muito problema, não. Eu estou com a tela aberta aqui. O sistema funciona perfeitamente, não tem aquela lentidão. O sistema não trava e funciona 'numa boa'. [...] (RONDA POLICIAL, 26 DE JUNHO DE 2015.)

Nesse programa ainda constatamos que entre o repórter produtor da Ronda e os policiais e delegados existe uma relação de confiança. A responsabilidade social se manifesta, então, ainda na preocupação em ouvir todos os lados da notícia e em legitimar os índices de criminalidade divulgados, com depoimentos que também dão voz as polícias, que têm a oportunidade de mostrarem os seus trabalhos.

É o que percebemos na notícia sobre um evento promovido pela Assembleia Legislativa, com o intuito de incentivar ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas entre jovens. A presença de um major da Polícia Militar é ressaltada, assim como a contribuição do órgão através da criação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência, o PROERD, o qual, de acordo com Magella:

promove a parceria entre família, escola e o Estado, levando informações qualificadas aos estudantes para que, na busca por seu referencial, possam evitar influências negativas das drogas. (RONDA POLICIAL, 26 DE JUNHO DE 2015.)

Os jornalistas Vanesca Dias (2015, APÊNDICE G) e Marcelo Lima (2015, APÊNDICE F) destacam que essa relação entre o jornalista e as fontes policiais exige muita confiança, sendo até delicada. Marcelo explica que, enquanto os policiais não sentem que o jornalista está preparado para receber aquela informação, ele não a recebe, pois muitas vezes, o dado divulgado naquele momento pode prejudicar o trabalho de uma investigação toda.

Você precisa demonstrar certo tipo de preparo para lidar com a informação policial. Enquanto a sua fonte não nota em você, ou ela não atribui a você, esse status de preparado para ter acesso à informação, você não consegue ter. Isso é escondido de você claramente. Eu cansei de tomar furo de jornal. Saíam notícias no dia seguinte no jornal sobre as quais eu não tinha conhecimento. Então, eu me perguntava: 'porque isso está acontecendo?' Eu fui aprendendo a me relacionar com isso.

Vanesca explica que nessa área, com maior intensidade, tanto o jornalista político quanto o policial dependem de conquistar a confiança da fonte para executar seus trabalhos. Além disso, ele fala do sentimento de duplicidade que experimentava, por muitas vezes não poder trair a confiança de suas fontes.

Os grandes jornalistas da polícia e da política são aqueles que têm grandes fontes. Muitas vezes, eu omitia determinada notícia do editor, porque a fonte pedia para não noticiar o fato naquele momento. Eu vivia uma duplicidade muito grande, uma vez que eu não podia trair a minha fonte e ficava com medo de alguém descobrir o fato e divulgá-lo antes de mim. Como eu aprendi a lidar com isso, eu ganhei a confiança das minhas fontes.

No programa Ronda Policial do dia 29 de junho, encontramos outro exemplo no qual o jornalismo realça a sua importância como prestador de serviços à população, por meio de informações de utilidade pública. Agora, ao invés do assistencialismo com a doação de bens materiais, o trabalho de apuração da Ronda privilegia a notícia que procura instruir e alertar a comunidade. A informação é sobre um táxi clandestino apreendido pela Settra, a Secretaria de Transporte e Trânsito do município. A ação foi possível depois de uma investigação feita pelo órgão e de denúncias de taxistas que trabalham legalmente. O homem que conduzia o veículo fugiu ao notar a aproximação dos agentes. O chefe do departamento de fiscalização da Settra, Paulo Péron, falou sobre a apreensão. A força da utilidade pública aparece mais claramente quando o apresentador da Ronda Policial e o chefe do departamento de fiscalização da Settra instruem a população a denunciar casos de táxis que trabalham ilegalmente.

Paulo César: A população tem um papel estratégico no combate a esses carros. E o Peron também explica o que pode ser feito nesse sentido aqui em Juiz de Fora.

SONORA PERÓN: Primeiro, rejeitar qualquer oferta de transporte remunerado, sem que esteja devidamente registrado como táxi licenciado aqui no município. Ele precisa verificar e pode exigir o cartão de identificação veicular e a carteira de motorista de táxi do condutor do veículo, para se certificar que ele está devidamente licenciado para exercer essa atividade. [...] (RONDA POLICIAL, 29 DE JUNHO DE 2015.)

Em outra notícia no mesmo programa esse mesmo tipo de utilidade pública volta a ser utilizado. O fato ocorrido se desencadeou quando uma viatura da Polícia Militar foi alvejada por tiros no bairro São Benedito. Por esse motivo, a PM iniciou uma operação na região, na qual 11 pessoas foram presas, em mil e quatrocentas abordagens. Vinte quilos de maconha foram encontrados enterrados no Poço Danta, além de mais de 200 pedras de crack.

A reportagem também incentiva o ouvinte a denunciar situações ilícitas através do disque denúncia unificado 181. Trata-se de um serviço que orienta o ouvinte que está incomodado com alguma situação ilícita em seu bairro, mas que não sabe o que fazer ou a quem recorrer.

A Ronda Policial do dia 30 de junho mantém os traços característicos do interesse e da utilidade pública. As notícias veiculadas faziam referência ao trânsito na cidade, à cobrança do CRLV em blitz do ano vigente para veículos com placas 1, 2 e 3 a partir do dia seguinte e a uma operação deflagrada naquele dia pela Polícia Federal, a fim de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o estado de Minas.

Nessa data a marca da instantaneidade característica do rádio nos pareceu mais explícita, diante da notícia do caso de uma mulher, chamada Verônica, que foi assassinada com duas facadas no condomínio Neo Residencial. No início desse programa é veiculado que o principal suspeito, o companheiro da vítima, havia se entregado para a polícia durante aquele dia e estava sendo ouvido naquele momento. No final da Ronda, o delegado entrou ao vivo, por telefone, narrando o resultado do depoimento do suspeito.

Apesar da violência desse crime, de seu impacto social e da instantaneidade com a qual o mesmo foi noticiado, em nenhum momento notou-se que o objetivo era

causar comoção social ou alarmar o ouvinte. Isso é perceptível, a partir da sobriedade de linguagem do apresentador e de seu tom de voz, que não se altera durante a narração dos fatos. E, para atestar a responsabilidade com a qual o caso estava sendo tratado, assim como para atualizar o ouvinte sobre os acontecimentos e explicar o caso que, inicialmente havia sido narrado apenas pela Polícia Militar, o delegado foi entrevistado.

Para Magella (2015, APÊNDICE A), a responsabilidade social se constitui como um dos ingredientes que ajudaram a consolidar a credibilidade da Ronda Policial ao longo dos anos.

[...] o apresentador não tem o direito de se aproveitar para usar adjetivos como um bandido, um cara sem – vergonha, tal qual alguns apresentadores fazem e conseguem audiência. Esse não é o nosso foco. E eu creio que a Ronda conquistou a sua credibilidade independentemente de promover show ou não. Escândalos e hiperbolizar os fatos não é o papel da Ronda.

Analisando esses sete programas, verificamos, ainda, que o nome de suspeitos, assim como o de vítimas não é divulgado, exceto quando os mesmos morrem. Essa é uma decisão editorial que serve para resguardar o jornalista e o veículo de comunicação, como ressalta Ricardo Ribeiro (2015, APÊNDICE C), especialmente porque nessa área também, como percebemos, as informações e as histórias podem ser alteradas muito rapidamente, dependendo das investigações ou mesmo de recursos jurídicos. Ribeiro enfatiza que os profissionais do jornalismo enfrentam vários perigos, a fim de levar ao ouvinte o melhor conteúdo.

A diferença [entre cobrir a área policial e outras do Jornalismo] mais expressiva está no risco que está sujeito ao acompanhar ações de ocupação policial, sequestros, tiroteios, denunciar policiais corruptos, milícias e, claro, lidar com bandidos e facções criminosas. (RIBEIRO, 2015, APÊNDICE C)

Outro pressuposto para a não identificação dos envolvidos na ocorrência estaria diretamente ligado à ética jornalística numa área na qual muitas pessoas e famílias ficam expostas a muitos riscos e ficam fragilizadas mediante à violência. Por isso, essa ética vai provocar o jornalista a refletir sobre a preservação tanto de vítimas quanto de suspeitos e pode fazer com que uma redação evite adotar uma linha editorial sensacionalista, como é tivemos a impressão de ser o exemplo deixado pela Ronda Policial.

Marcelo Lima (2015, APÊNDICE F) acredita que o legado da Ronda para o rádio e para o Jornalismo é:

[...] sempre estar presente nos momentos dramáticos e tristes da história da cidade, narrando os fatos de forma simples, trabalhando o aspecto social, através da utilidade pública, sempre contribuindo com as autoridades, alertando para as deficiências da segurança pública. Esse legado é histórico. Não vai se perder nunca.

Magella (2015, APÊNDICE A) afirma que o programa também possui a missão de denunciar a pobreza.

A Ronda mostra o perfil da violência que vem se desenhando há 60 anos, mas não é um programa para alarmar a sociedade e, sim, um programa que aponta para a comunidade que existe um problema, cobrando soluções. Isso no ponto de vista da violência. Já no ponto de vista da utilidade pública, não é possível ficar alheio às demandas da sociedade. Então, a Ronda Policial tem contribuído para denunciar a pobreza, quando ela pede para ser denunciada. Ao mesmo tempo em que você divulga você também está denunciando.

Por outro lado, o legado da Ronda também se estende aos jornalistas que colaboraram com o programa.

Quando eu saí da Ronda, eu me sentia pronta para atuar em qualquer área do jornalismo. Eu me senti pronta para tudo. Entrava ao vivo sempre, não tinha tempo para editar as sonoras, não tinha tempo de escrever as ocorrências, apenas lia para me inteirar do assunto. Por isso, não havia novidade para mim. Tornei-me mais solidária após passar pela Ronda. (DIAS, 2015, APÊNDICE G)

Oliveira (2015, APÊNDICE E) também revela o legado do programa em sua vida.

[...] Produzir e/ou apresentar a Ronda Policial, mesmo que por poucas vezes durante as folgas do Paulo César foi uma oportunidade que jamais vou esquecer. Com a Ronda aprendi a trabalhar outro lado da emissão da notícia, focado na seriedade, sem deixar de lado a aproximação que o rádio permite aos ouvintes.

Campos (2015, APÊNDICE I) explica que o contato diário com a violência a transformou.

Quando comecei no programa eu ainda era muito jovem, estava na faculdade, fui fazendo e aprendendo. Foi um período importante na minha vida. Como profissional, você aprende a lidar com o imprevisto, com a notícia que vai se

atualizando no decorrer do programa, a entrevistar todo tipo de pessoa e em todo tipo de situação, favorável ou não. E como cidadã, ajudou no meu amadurecendo. Se deparar com as mazelas da sociedade, entender as maldades que rondam o mundo do crime, entender que, muitas vezes, as pessoas podem querer te influenciar ou intuir você a um raciocínio favorável a ela. Foi um período de amadurecimento pessoal e profissional.

Grigori (2015, APÊNDICE D) destaca que aprendeu a ouvir mais as pessoas.

Sem dúvida alguma, aprendi a ouvir mais do que falar. Aliás, essa é a grande lição que tiro desses quase três anos produzindo o programa. Aprendi também a não julgar com base apenas na primeira impressão, pois, como sabemos, o mundo dá muitas voltas. O que é certo hoje, amanhã pode ser errado e vice-versa.

Figueiredo (2015, APÊNDICE H) ressalta que fazer parte da Ronda possibilitou que sua visão da sociedade fosse pluralizada.

No contexto das diversas realidades sociais da cidade, deparar-me, de maneira tão lúcida, com uma Juiz de Fora hostil, forçou-me a manter meus pés no chão, alterando meu olhar para o outro e para o fato. Desta forma, colocar-me no lugar do outro tornou-se uma atividade diária no exercício do meu trabalho. E isso alterou o fazer jornalístico, pois o ponto de vista das minhas matérias deixou de ser o meu lugar (branca, classe média). Não que a imparcialidade deixou de ser buscada, mas ter uma visão pluralizada elevou a qualidade da informação.

A partir de tantos depoimentos diferentes, mas que convergem para um mesmo objetivo, o qual se constitui em mostrar como um programa de rádio de caráter popular e policial sobreviveu ao longo dos anos e consolidou a sua credibilidade tanto no meio jornalístico, quanto entre a população, atestamos a força histórica do rádio e da fidelidade do ouvinte com o programa e a identificação com o locutor que conduz esse programa. Mas, esse e outros fatos atestados serão expostos na conclusão desse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desses depoimentos e da análise dos programas, constatamos que a Ronda Policial já não apresenta mais o grande número de pedidos de doação como aconteceu ao longo de sua história. Mas, isso não impediu o fato de o programa continuar o serviço de utilidade pública, o que tem ocorrido através da veiculação de várias notícias que, da forma como são divulgadas, que cumprem com o papel de universalizar a linguagem e despertar a consciência crítica do ouvinte. Percebe-se, também, que é possível que um programa popular seja crível e tradicional por esse motivo.

É importante destacar, ainda, que utilidade pública e credibilidade têm sim uma correlação importante na história do radiojornalismo. Isso porque, como disse o jornalista Glaucio Grigori, quando um ouvinte solicita uma doação no rádio, ele sabe que será atendido. O mesmo sabe do grande poder de alcance que esse veículo possui e que se trata de um veículo de comunicação confiável. Desse modo, concluímos que credibilidade e utilidade pública não apenas se correlacionam no radiojornalismo, como se complementam, sendo que, durante esse processo, quem se beneficia é o ouvinte, que tem informação de qualidade e suas demandas prontamente atendidas.

A partir desse estudo também percebemos que os desafios para o jornalista que trabalha em um programa como a Ronda Policial são muito grandes, a fim de não se deixar levar pelo sensacionalismo. Um caminho importante para evitar isso é a apuração constante e incessante.

Sou ouvinte da Ronda Policial desde pequena e com a maturidade, comecei a me questionar como era possível que um programa tão antigo poderia estar no ar até hoje. Quando iniciei esse trabalho, confesso que minha curiosidade se aguçou, visto que o programa sobreviveu à extinção da Rádio Sociedade, da PRB-3 e da Rádio Solar, tendo sido incluída, recentemente, na programação da CBN JF.

A partir das investigações feitas, concluo que o sucesso que a Ronda alcançou se deve à uma série de fatores, tais como a equipe que foi a base do programa, ao serviço de utilidade pública e à boa relação dos repórteres com os policiais (é importante destacar que esse relacionamento deve ser baseado na confiança, não na cumplicidade, em que o jornalista deve ser cúmplice do policial ao guardar determinada informação para ser revelada no momento em que esse policial acreditar que seja o mais propício). Também se pode afirmar que a responsabilidade social inerente ao programa

e o carisma e sobriedade dos apresentadores são elementos determinantes do sucesso do programa. Como estagiária da CBN JF, pude comprovar que o ouvinte se preocupa e tem uma relação de afeto verdadeiro com o apresentador.

Recordo-me que, pouco tempo após a CBN ter sido implantada, vários ouvintes que não sabiam que o horário do programa havia sido alterado das cinco e meia da tarde para as quatro e meia ligaram enfurecidos para a Rádio, querendo saber por que Magella havia sido demitido. Em ocasiões em que ele tirou férias ou se ausentou de um programa, as pessoas também ligavam para saber o que havia acontecido e quando ele voltaria. O apresentador também conta que várias pessoas desconhecidas o param na rua e começam a conversar e contar casos e o tratam como se fossem amigos.

A jornalista Vanesca Dias também afirma que essa situação acontecia com ela frequentemente, quando era repórter da Ronda.

Acredito que essa relação de afeto e empatia do ouvinte para com o apresentador e os repórteres é outro legado do programa e ousou afirmar que a Ronda é um grande legado para o jornalismo de segurança pública e para o radiojornalismo de Juiz de Fora. Principalmente quando consideramos que a cidade não possui, nos dias atuais, um programa de caráter popular, policial que tenha a responsabilidade social de denunciar a pobreza e a desigualdade, assim como os problemas da sociedade.

O jornalista Marcelo Lima afirma que o rádio tem passado por sérias dificuldades, no sentido de conseguir se financiar. Acredito que isso seja verdade, o que torna maior ainda a responsabilidade da Ronda e os desafios diários enfrentados pelo Paulo César e pelos repórteres nela envolvidos, principalmente no que se refere à apuração. E posso atestar que nesse sentido, o apresentador do programa é rigoroso. Testemunhei situações em que uma informação chegou à rádio por intermédio dos ouvintes e das redes sociais. A primeira atitude que Magella tomava diante disso era questionar se o repórter da CBN havia apurado a informação, pois não se deve confiar em uma apuração de outro meio de comunicação, por questões éticas e de não saber como aquela notícia fora apurada.

A partir dos depoimentos colhidos, também concluo que a Ronda Policial é uma grande escola de jornalismo e da vida para todos os envolvidos. Acredito que todo jornalista deveria passar pela Ronda Policial, a fim de adquirir uma visão diferenciada do mundo e de nossa sociedade.

Além disso, o fato de o programa ter o cunho do jornalismo de segurança pública também se constitui como outro legado da Ronda Policial, pois, apesar de Magella considerar o programa como essencialmente policial, ele é um dos poucos no radiojornalismo de Juiz de Fora com viés de jornalismo de segurança pública, que não fomenta o medo na sociedade perante a violência das ruas, mas sim a consciência de nossos problemas, provocando uma reflexão sobre isso. O palco real da discussão será o CBN Juiz de Fora 1ª e 2ª edição, em que profissionais especializados serão convidados a debater sobre tais assuntos. O fato da Ronda possuir, também, esse papel de elencar questionamentos sociais e de segurança pública mostra a força que o programa ainda possui.

Por todos os motivos citados, corroboro com a afirmação de Marcelo Lima sobre o fato de que o legado da Ronda nunca se perderá com o decorrer do tempo, pois estará sempre na memória dos juiz-foranos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Carolina; MAGNONI, Antônio Francisco. Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Intercom, XXXII.1-13. **Anais eletrônicos** ... Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2735-1.pdf>>
- AMARAL, Márcia Franz. **Sensacionalismo, um conceito errante**. Revista Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v.2, n.13. 2005. 2-13
- _____. **Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular?** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. **Anais eletrônicos** ... Brasília: INTERCOM, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63557889706955819390718237293726753880.pdf>>
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo: produção, ética e internet**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BARROS, Marcella Cunha. **A voz no radiojornalismo: história, técnica e construção de credibilidade**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília. 2011. Brasília.
- BEDENDO, Ricardo. **Segurança Pública e Jornalismo: desafios conceituais e práticos no século XXI**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BERTHIER, Camila Afonso; SILVA, Paola. **Jornalismo popular: não necessariamente sensacionalista**. Revista científica do ITPAC, Araguaína, v.5, n.2, Pub. 1, 2012.
- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo, Contexto, 2009. 134 p.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Interesse público e jornalismo**. Estudos em jornalismo e mídia, v.2, n.1. Florianópolis, Santa Catarina. 2005.
- EBC SERVIÇOS. Portal de notícias. Disponível em: <<http://conteudo.ebcservicos.com.br/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2015, às 22:57 e no dia 22 de novembro de 2015, às 22:43
- DEJAVITE, Fábila Angélica. **O poder do *fait divers* no jornalismo: humor, espetáculo e emoção**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24, Campo Grande, 1-16. 2014. **Anais eletrônicos** ... Disponível em: <<http://jornalismo.ufma.br/licristina/files/2014/01/jornalismo-e-entretenimento.pdf>>
- DINIZ, Adriana Leite. **Jornalismo em Segurança Pública: uma nova postura na cobertura da violência urbana, no Brasil**. Universidade Cândido Mendes, 2006.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____ ; KLOCKNER, Luciano (orgs.). **E o rádio?** Novos horizontes midiáticos. Dados eletrônicos. Edipucrs. Porto Alegre. 2010. 8-646.646 p. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>>

FIORI, Bruna da Silva *et al.* **Jornalismo e sensacionalismo:** o fato, a notícia e o show. Identidade Científica, Presidente Prudente, São Paulo, v. 2. 2011. 265 p. 251-265 Disponível em: <http://www.unoeste.br/facopp/revista_facopp/IC4/IC47.pdf>

GOÊS, José Cristian. **Marcos na história do jornalismo sensacionalista:** a construção de uma estratégia mercadológica na imprensa. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 9. UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais. Universidade Federal de Sergipe. 2013. 1-15. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/marcos-na-historia-do-jornalismo-sensacionalista-a-construcao-de-uma-estrategia-mercadologica-na-imprensa>>

INFOESCOLA. Portal de notícias. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/curiosidades/boiardos/>>. Acesso em 26 de janeiro de 2016, às 22:37.

JÚNIOR, Álvaro Bufarah. **Rádio na Internet:** desafios e possibilidades. Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Intercom, 4. 2010.1-13. **Anais eletrônicos ...** Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/147804830187090849186370036349146116483.pdf>>

KEMPKA, Leandro Antonio. **O impacto do advento da internet no jornal O Alto do Uruguai.** 2010. TCC I – Trabalho de Conclusão de Curso I. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. 19 f. Disponível em: <http://decom.cesnors.ufsm.br/tcc/files/2010/10/leandro.pdf>

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MACHADO, Marcia Benetti; MOREIRA, Fabiane. **Jornalismo e informação de interesse público.** Revista Famecos. Porto Alegre, n. 27. 2005.

MÉLEM, Viviane de Nazaré de Oliveira. **JORNALISMO POLICIAL:** Uma Análise dos Critérios de Noticiabilidade do Caderno Polícia, do Jornal Diário do Pará. Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia. Belém, v. 1, n1. p. 26-50. 2011.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O rádio no Brasil.** Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2000. 82 p.

MEMÓRIA GLOBO. Portal de notícias. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/tim-lobes-assassinato/sobre.htm>>. Acesso em 26 de janeiro de 2016, às 22:04.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo Policial Responsável.** Monografia apresentada como exigência para obtenção do grau de Jornalista, pela Universidade do Contestado – UnC, 2005.

PAIVA, Ana Bela; RAMOS, Sílvia. **Mídia e Violência:** novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

PIMENTEL, Fábio Prado. **Rádio educativo no Brasil, uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec, 1999.

PORCHAT, Maria Elisa. **Manual de Radiojornalismo Jovem Pan**. São Paulo: Ática, 1989.

ROSSIGNOLI, Carla; ASSÊNCIO, Claudia; CORDENONSI, Ana Maria. **Interesse público e critérios de noticiabilidade**– Um estudo sobre o programa TV Folha. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 18, 2013, Bauru, São Paulo. São Paulo: INTERCOM, 2013. 1-15. **Anais eletrônicos** ...Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0617-1.pdf>>

RÁDIO EBC. Portal de notícias. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/todas-vozes/edicao/2014-09/gil-gomes-das-narracoes-em-quermisses-aos-relatos-de-casos-policiais>>. Acesso em: 13 de setembro de 2015, às 22:57.

SANTOS, Israel de Napoli Câmara. MONTEIRO, Márcio. **Características dos programas radiofônicos de divulgação científica**: um estudo de caso sobre o programa Rádio Ciência. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 14, Recife. 2012.1-15. **Anais eletrônicos** ... Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1638-1.pdf>>

SANT'ANNA, Francisco. **Radiojornalismo no Brasil**: um jornalismo sem jornalistas. Tese de doutorado “Média de source: un nouvel acteur sur la scène journalistique brésilienne”. 2007. Universidade de Rennes – 1. França.

SOUSA, Roberto de Araújo; LOPES, Paulo Fernando de Carvalho. **Processo de implantação da Rádio Universitária da Universidade Federal do Piauí**. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 16, João Pessoa. 2014. 1-11. **Anais eletrônicos** ...Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1760-1.pdf>>

SOUZA, Anamaíra Pereira Spaggiari. **Jornalismo policial sensacionalista**: entre a audiência e a função social. Trabalho submetido à Divisão Temática, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009.

SOUZA, Percival. **Nos autos são encontrados réus e testemunhas**. O jornalista prefere vê-los como personagens. In: Cadernos da Comunicação 2 Série Estudos – Secretaria Especial de Comunicação do Social do Rio de Janeiro, 2002.

TOLEDO, Clomar. **A história inicial da Rádio Luz e Alegria em Frederico Westphalen**. 2011. TCC I – Trabalho de Conclusão de Curso I. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. 38 f. Disponível em: <<http://decom.cesnors.ufsm.br/tcc/files/2011/09/TCC-clomar.pdf>>

APÊNDICE

APÊNDICE A –PAULO CÉSAR MAGELLA - entrevista ao vivo, feita no dia 22 de junho de 2015

Há quanto tempo você está à frente do programa Ronda Policial?

É curioso, mas eu não me lembro. Acredito que esteja há cerca de 20 anos. Eu entrei para o programa a fim de cobrir férias e permaneci.

Como você entende o trabalho do jornalista nesse programa? Podemos classificá-lo atualmente como jornalista policial ou de segurança pública?

A Ronda Policial é um programa informativo sobre o que acontece na cidade em termos de criminalidade. O aspecto da segurança pública é trabalhado durante a programação da CBN, que é uma Rádio na qual o espaço para discussões sobre a sociedade é amplo. A nossa idéia não é espetacularizar a notícia. Posso fazer algum tipo de brincadeira durante a Ronda? Sim. Mas, o objetivo é desanuviar o programa. Um ouvinte me perguntou outro dia como eu saio do programa. A minha resposta é que eu saio muito mal, porque o ser humano Paulo César se incomoda, se indigna com cada ocorrência lida. Mas, o apresentador não tem o direito de se aproveitar para usar adjetivos como “um bandido, um cara sem – vergonha”, tal qual alguns apresentadores fazem e conseguem audiência. Esse não é o nosso foco. E eu creio que a Ronda conquistou a sua credibilidade independentemente de promover show ou não. Escândalos e “hiperbolizar” os fatos não é o papel da Ronda.

Houve alguma mudança no programa durante esse tempo em que você está à frente da Ronda?

O comportamento das pessoas mudou muito. O perfil do crime mudou muito. O número de ocorrências também mudou muito. Vamos primeiro ao número: eu falava, por exemplo, em um furto de carro por mês, um homicídio por mês. Hoje, nós temos 130 homicídios por ano, uma média preocupante e ascendente.

O perfil do crime: tínhamos muitos furtos, até roubos, mas furto era mais comum. Tínhamos ocorrências de acidentes de trânsito e, esporadicamente, um homicídio. Não tínhamos um enfrentamento tão excessivo entre “gangues”. Juiz de Fora sempre teve “galeras”, não gangues. Eram grupos de jovens, sem identidade, que entravam em bairros vizinhos e apenas brigavam entre si. Hoje, os grupos possuem identidade e um

exarcebado senso de posse. “O lugar é nosso e se entrar alguém estranho, a gente mata”. A violência também se tornou uma forma de busca de identidade das galeras.

O perfil da utilidade pública também mudou. Nós tínhamos um volume muito grande de pedidos nos programas. Hoje, com o envolvimento de várias entidades, isso diminuiu. Antigamente, eu fazia um programa com cinco, ou seis pedidos de doação. Nos dias atuais, às vezes faço dois ou três pedidos.

Você pontuaria alguma diferença entre cobrir essa área e as outras do jornalismo?

Cada editoria tem a sua peculiaridade. A editoria policial é apenas mais uma “subeditoria”, dentro da editoria geral. Houve um tempo, nos anos 40, 50, em que o jornalista policial era um policial, prendendo pessoas também. Hoje, ele é um jornalista que se envolve em outras áreas, que é capaz de discutir assuntos de segurança pública.

No contexto das duas primeiras perguntas, quais as contribuições que a Ronda Policial, ao longo dos anos, deixa para o setor?

A Ronda mostra o perfil da violência que vem se desenhando há 60 anos, mas não é um programa para alarmar a sociedade e, sim, um programa que aponta para a comunidade que existe um problema, cobrando soluções. Isso no ponto de vista da violência. Já no ponto de vista da utilidade pública, não é possível ficar alheio às demandas da sociedade. Então, a Ronda Policial tem contribuído para denunciar a pobreza, quando ela pede para ser denunciada. Ao mesmo tempo em que você divulga você também está denunciando.

E os pedidos de doação da população são sempre atendidos? Vocês têm esse retorno?

Já tivemos mais retorno. É porque a CBN não tem esse perfil. Quando era a Rádio Solar, muitas vezes assim que eu acabava de fazer o pedido, o telefone tocava e era alguém querendo atender ao pedido que eu havia acabado de fazer. Era o momento mais feliz do programa. Mas, eu repito: o feedback só não é maior, porque a demanda diminuiu, devido ao crescimento de programas sociais.

O que você destacaria como principais aprendizados durante este período de atuação no programa?

A Ronda me humanizou muito, porque ninguém está em uma “ilha da fantasia”. Então, quando você vê a violência em seu entorno, você percebe que ninguém está imune a ela. Em segundo lugar, eu passei a refletir mais sobre o ser humano. O ser humano tem suas dificuldades? Tem. A violência está criando cada vez mais competitividade e

insegurança? Está. Mas, ao mesmo tempo, eu vejo que o ser humano ainda não está perdido.

O seu jeito de fazer a Ronda foi muito alterado com o decorrer do tempo?

Não. Eu faço a Ronda do mesmo jeito desde o primeiro dia em que entrei na Ronda.

Você percebe alguma modificação na linguagem do jornalismo da Ronda Policial do período em que trabalhou ao atual?

Sim. As pessoas têm menos tempo e paciência para ouvir rádio e ler jornal. Por isso, precisamos ser mais concisos na linguagem. Também precisei diminuir as brincadeiras que eu fazia na Solar, porque o formato da CBN é outro. Não seria adequado que eu fosse o primeiro a desrespeitar esse formato.

Sob o ponto de vista da utilidade pública, no seu entendimento como a Ronda Policial contribui para a formação conceitual e prática dessa questão?

A Ronda é um espaço para a utilidade pública. Ela é institucionalizada na Ronda. Mas ela flui dentro de toda a programação, porque a população precisa e nem sempre pode esperar até o horário da Ronda. Por exemplo, se tiver uma criança desaparecida, não se pode esperar até quatro e meia da tarde para divulgar. O trânsito ruim ou um pedido de doação de sangue também são utilidade pública, que não podem esperar até o horário da Ronda para serem divulgados. E rádio é o melhor caminho para prestar o serviço de utilidade pública, por ser imediato, pelo fato de que a linguagem flui melhor e, também, porque a comunicação é muito mais intensa.

Com a mudança da Rádio Solar para a Rádio CBN e a conseqüente reestruturação da programação e do público-alvo, houve também modificação na forma de pensar e de produzir o programa?

Não. O programa continua sendo pensado da mesma forma. O que mudou foi a linguagem do programa.

Se você tivesse que dar uma sugestão para o trabalho de utilidade pública na Ronda Policial, qual seria essa sugestão?

Na verdade, não é bem uma sugestão. Eu gostaria muito que as pessoas já tivessem todos os seus problemas resolvidos. Mas, isso é uma utopia. Como isso não vai acontecer, a gente vai lidando com a situação.

APÊNDICE B – WILSON CID - entrevista feita ao vivo, no dia 28 de dezembro de 2015.

Como foi criado o programa Ronda Policial?

A primeira fase da história do programa Ronda Policial nasceu de conversas entre o jornalista José Carlos Enid Guimarães com o departamento de jornalismo da Rádio Sociedade, depois de uma breve experiência com um programa policial vivida pela Rádio Industrial, em 1949. A Ronda Policial foi criada na década de 1950 por José Carlos e seu irmão, Heitor Augusto, e nasceu em uma época em que a violência não era tão banalizada como é hoje. Os fatos policiais que eram noticiados, hoje seriam corriqueiros e não seriam veiculados. A antiga Rádio Sociedade conseguiu com a Ronda Policial, alcançar grandes índices de audiência. Era um programa veiculado às cinco e meia da tarde, também favorecido pelo fato de que antecedia, às seis da tarde, o programa da “Vida do Padre Wilson Vale da Costa”, este outro líder de audiência.

O programa da Vida do Padre Wilson Vale da Costa, que muitas vezes se baseava nas notícias veiculadas na Ronda Policial, era destinado a promover uma reflexão sobre os problemas sociais daquela época. Mas, a grande diferença é que, na década de 50, as atividades de um “gatuno” eram notícia. Hoje, a cidade está repleta de assaltos à mão armada, latrocínio (o roubo seguido de morte), entre outros crimes que não eram comuns na década de 50, de maneira que as pessoas já não escutam mais a Ronda para se informarem sobre crimes os quais as mesmas estão acostumadas a ver no dia-a-dia. Por isso, o programa não tem mais o prestígio que tinha antigamente. As pessoas não vão ligar o rádio apenas para ouvir que o noticiário da Ronda vai falar de um assalto, por exemplo. Elas se interessam por crimes de grandes proporções.

Naquele tempo, os crimes passionais eram mais comuns que os latrocínios, sendo permitido lavar a honra com sangue, nas disputas entre cônjuges e nas brigas de casal. Esse talvez tenha sido o tipo de crime mais relatado na Ronda.

Outro detalhe importante é que, naquela época, nós tínhamos referências sobre as áreas de conflito, as áreas de dificuldade em relação à segurança pública. Grande parte dos crimes da cidade acontecia na “Zona Boêmia”, a qual compreendia as ruas Benjamin Constant e arredores, Hipólito Carón e região próxima a essa rua e Henrique Váz.

Na década de 60, nós tivemos uma experiência na Rádio Industrial chamada Repórter da Madrugada, com o José Carlos Enid Guimarães e eu. Esse programa começava meia-noite, com término às quatro da manhã. Nós saíamos no carro da Rádio à procura de notícias policiais. Invariavelmente, nós as encontrávamos na Zona Boêmia. Essas notícias seriam utilizadas na Ronda Policial do dia seguinte.

Também acredito que o prestígio alcançado pelo programa foi devido a três nomes, entre apresentadores e produtores: José Carlos Enid Guimarães (o primeiro apresentador do programa e que contava com o auxílio de José Romeu Ribeiro de Sá), Paulo Lopes e o Carlos Netto. Os produtores, desse tempo, se valiam de anotações feitas à mão, gravações de entrevistas com delegados e vítimas e técnicas de improviso no momento em que deveriam entrar no ar. Não existia roteiro para o programa.

Além disso, é preciso ressaltar que a Ronda só foi suplantado, em termos de prefixo, pelo programa Na Boca da Urna, o qual divulgava a apuração eleitoral. O prefixo dos programas eleitorais era baseado na Marcha dos Boiardos, enquanto que o da Ronda era a sirene.

Outro detalhe sobre o programa é que, na medida em que a cidade crescia um assunto que se tornou constante nas pautas da Ronda foram os acidentes de trânsito.

Quais foram os momentos que marcaram a história da Ronda?

Os momentos em que a cidade parou apenas para ouvir a Ronda, em minha opinião, foram na ocasião do crime do Bené, do crime do Casarão, do caso do banqueiro Hernani e o incêndio no Circo de Niterói.

Durante quanto tempo o programa esteve no ar, ininterruptamente?

Posso afirmar que foi entre 35 e 40 anos.

Desde o seu início, a Ronda já possuía o cunho da prestação de serviços?

A Ronda não era tão voltada para esses assuntos, porque o programa da Vida do Padre Wilson Vale da Costa já atendia esse público que precisava de doações de remédios, roupas, etc. Mas, no período das enchentes, as pessoas faziam solicitações na Ronda também e eram sempre atendidas. A Ronda possuía grande prestígio nesse sentido. Apesar disso, o objetivo do programa era mesmo veicular notícias policiais.

Quais as mudanças pelas quais o programa passou no decorrer do tempo?

Acredito que não foi a Ronda que mudou, mas sim a cidade, que passou pelo processo de banalização do crime e do ilícito.

Como era a Ronda no período da Ditadura?

A Ronda Policial nesse período se restringiu ainda mais a divulgar fatos referentes à segurança pública, como os crimes corriqueiros do dia-a-dia. Nunca assuntos de âmbito nacional eram discutidos. A censura do período da ditadura atingiu todos os veículos, não somente o rádio e a Ronda.

Qual é o legado do programa para a segurança pública?

É a presença da Ronda nos fatos. A mobilidade do jornalismo. Acredito que esse legado seja não somente para o jornalismo, mas também, para toda a cidade. A Ronda é um dos programas mais importantes da história do rádio da cidade.

APÊNDICE C – RICARDO RIBEIRO – entrevista feita por email, no dia 10 de novembro de 2015.

Como você entende o trabalho do jornalista nessa área? Podemos classificá-lo atualmente como jornalista policial ou de segurança pública?

O jornalista que trabalha na área policial é um profissional que se especializa no assunto em relação aos termos usados, leis, fontes e textos com expressões específicas sobre o assunto. Como acontece com quem cobre apenas política, esporte, economia e outras editorias. Em minha opinião deve ser classificado como um jornalista designado para cobrir notícias sobre segurança pública.

Você pontuaria alguma diferença entre cobrir essa área e as outras do jornalismo?

A diferença mais expressiva está no risco que está sujeito ao acompanhar ações de ocupação policial, seqüestros, tiroteios, denunciar policiais corruptos, milícias e, claro, lidar com bandidos e facções criminosas.

No contexto das duas primeiras perguntas, quais as contribuições que a Ronda Policial, ao longo dos anos, deixa para o setor?

A Ronda Policial traça um quadro da atual situação de segurança pública da cidade. Ela não apenas informa as ocorrências como entrevistas especialistas, policiais e autoridades sobre o assunto, muitas vezes em tom de cobrança, questionando medidas efetivas para oferecer um cenário de tranquilidade à população. Tudo isso, sem recorrer aos programas de níveis duvidosos que estamos acostumados quando se trata do assunto.

O que você destacaria como principais aprendizados durante este período de atuação no programa?

Eu nunca atuei na Ronda Policial. Mas, o que vejo pelos colegas que apresentam ou fazem reportagem no programa é o enriquecimento profissional ao tratar de temas que exigem bom senso, critérios técnicos e humanos e, principalmente, serenidade para registrar relatos criminosos.

Você percebe alguma modificação na linguagem do jornalismo da Ronda Policial do período em que trabalhou ao atual?

Pouca diferença. As vinhetas estão adequadas ao veículo (CBN) e a forma de “conversar” com o ouvinte, que continua próxima, mas com expressões um pouco mais formais.

Sob o ponto de vista da utilidade pública, no seu entendimento como a Ronda Policial contribui para a formação conceitual e prática dessa questão?

A Ronda busca tratar dos casos de uma maneira jornalística. Não há incentivo a vingança ou outro sentimento que leve o ouvinte a ser instado a cometer barbaridades para corrigir um criminoso. A Ronda leva o ouvinte a questionar práticas delituosas dentro de um conceito da realidade existente naquele momento. Enfim, é um programa informativo e não destrutivo.

Com a mudança da Rádio Solar para a Rádio CBN e a conseqüente reestruturação da programação e do público-alvo, houve também modificação na forma de pensar e de produzir o programa?

Não. O sucesso do programa está na sua concepção e mudanças que tenham surgido ao longo do tempo apenas complementam o formato para trazê-lo aos tempos atuais.

Se você tivesse que dar uma sugestão para o trabalho de utilidade pública na Ronda Policial, qual seria essa sugestão?

Acho que a participação do ouvinte pode ser repensada. Talvez precisássemos ouvir mais as pessoas que nos escutam. Mas, daí precisaríamos discutir um modelo proposto pela rede CBN. Mas, talvez esse ouvinte não precisaria participar, ao vivo, mas sua opinião pode ser gravada ou registrada através de celular, telefone do estúdio ou redes sociais.

APÊNDICE D – GLAUCIO GRIGORI – entrevista feita por email, no dia 12 de setembro de 2015.

Como você entende o trabalho do jornalista nessa área? Podemos classificá-lo atualmente como jornalista policial ou de segurança pública?

O jornalista é a peça chave neste processo, pois, ele é quem está na linha de frente fazendo perguntas muitas vezes indesejadas, se expondo a riscos e tudo isso pelo dever de levar a informação precisa e de qualidade ao público.

Acredito que o termo segurança pública se enquadre melhor no atual cenário. Apesar de noticiarmos ocorrências policiais, discutir a segurança pública hoje é um dever de todos que atuam dentro e fora do meio. Quando dizemos que ocorrem muitos assaltos em determinado local, estamos automaticamente mostrando para o ouvinte que se possível, ele evite tal trajeto, ou o faça com maior atenção e cuidado.

Você pontuaria alguma diferença entre cobrir essa área e as outras do jornalismo?

Na teoria todo jornalista está preparado para atuar em qualquer área, entretanto, este é um departamento que requer “boa vontade” e disposição. Ir a locais não muito legais, se deparar com cenas fortes e muitas vezes chocantes, isso não é para qualquer um.

No contexto das duas primeiras perguntas, quais as contribuições que a Ronda Policial, ao longo dos anos, deixa para o setor?

A Ronda é um programa que contribuiu e continua a contribuir para a cidade de Juiz de Fora e região. Muitas pessoas nos procuram pedindo ajuda para conseguir desde um rádio a pilhas, passando por cestas básicas, emprego e até mesmo a localizar um ente querido.

O que você destacaria como principais aprendizados durante este período de atuação no programa?

Sem dúvida alguma, aprendi a ouvir mais do que falar. Aliás, essa é a grande lição que tiro desses quase três anos produzindo o programa. Aprendi também a não julgar com base apenas na primeira impressão, pois, como sabemos, o mundo dá muitas voltas. O que é certo hoje, amanhã pode ser errado e vice-versa.

Você percebe alguma modificação na linguagem do jornalismo da Ronda Policial do período em que trabalhou ao atual?

A linguagem continua a mesma, apenas brincamos menos por conta do padrão CBN. Com a nova programação, buscamos atingir novos públicos sem perder aqueles que sempre nos acompanharam fielmente.

Sob o ponto de vista da utilidade pública, no seu entendimento como a Ronda Policial contribui para a formação conceitual e prática dessa questão?

Acredito que a utilidade pública contribuiu muito para esse tipo de ação. Quando o programa começou, não existiam redes sociais, e as coisas eram um pouco mais difícil. O profissional do rádio sempre foi muito respeitado e confiável. Por este motivo, entendo que a utilidade pública sempre deu muito certo. Quando fazemos um pedido, o ouvinte sabe que não estamos mentindo e se pedimos algo para alguém, ele sabe que a “encomenda” será entregue ao verdadeiro destinatário.

Com a mudança da Rádio Solar para a Rádio CBN e a conseqüente reestruturação da programação e do público-alvo, houve também modificação na forma de pensar e de produzir o programa?

Não. O programa continua sendo pensado e produzido da mesma forma, afinal, não se deve mexer em time que está ganhando.

Se você tivesse que dar uma sugestão para o trabalho de utilidade pública na Ronda Policial, qual seria essa sugestão?

Acredito que o quadro funciona muito bem da forma que é feito. Entretanto, precisamos estar mais presentes em outras mídias. Quando precisamos falar de alguém que está desaparecido, recorremos ao facebook, site do Jornal, já que nos dias atuais devemos estar presente em todas as mídias possíveis.

APÊNDICE E – MAURÍCIO OLIVEIRA – entrevista feita por email, no dia 20 de novembro de 2015.

Como você entende o trabalho do jornalista nessa área? Podemos classificá-lo atualmente como jornalista policial ou de segurança pública?

O termo jornalismo de segurança pública é recente. Passou a ser utilizado há poucos anos depois que os profissionais da área perceberam que noticiar assuntos policiais vai além de uma editoria específica. O trabalho do jornalismo nesta área, no meu ponto de vista, não difere da atuação nos demais assuntos. É claro que existe um envolvimento maior porque acompanhamos casos diversos e lidamos com situações bem complexas. É preciso ter cautela em casos mais delicados até mesmo para garantir a isonomia do veículo e a integridade do profissional. Eu prefiro adotar o termo jornalista policial, embora saibamos que atualmente nas redações não existem essas distinções.

Você pontuaria alguma diferença entre cobrir essa área e as outras do jornalismo?

Basicamente respondi na questão acima. No jornalismo policial, o profissional estuda mais o caso a ser noticiado. Ouve vários lados, testemunhas, mas sempre amparado pela notícia oficial, passada pelos órgãos de segurança pública. A grande diferença em cobrir essa editoria está no cuidado com a divulgação de dados que podem colocar em risco a integridade física dos envolvidos. Cautela é a palavra de ordem. E, desta forma, até mesmo para garantir a segurança do profissional.

No contexto das duas primeiras perguntas, quais as contribuições que a Ronda Policial, ao longo dos anos, deixa para o setor?

A Ronda Policial é um ícone do jornalismo policial em Juiz de Fora e região. Ainda criança, lembro-me dos meus pais sentados na sala aguardando a veiculação do programa e eu recolhido no sofá com medo da vinheta. O jornalismo praticado pela Rádio Solar e, agora, CBN, mantém a marca de sempre. Clareza na informação, linguagem de fácil compreensão o que aproxima ainda mais o ouvinte e a apresentação do Paulo César Magella que não podemos deixar de destacar. Ele é a marca do programa pela leveza e “bate-papo” que consegue executar diante os microfones. O programa contribuiu para incentivar outras redações a investirem em tal editoria. Pena que atualmente poucos veículos se atentam para a necessidade de um programa de tanta qualidade.

O que você destacaria como principais aprendizados durante este período de atuação no programa?

Nossa.. Muitas coisas... Produzir e/ou apresentar a Ronda Policial, mesmo que por poucas vezes durante as folgas do Paulo César foi uma oportunidade que jamais vou esquecer. Com a Ronda aprendi a trabalhar outro lado da emissão da notícia, focado na seriedade, sem deixar de lado a aproximação que o rádio permite aos ouvintes.

Você percebe alguma modificação na linguagem do jornalismo da Ronda Policial do período em que trabalhou ao atual?

Infelizmente não posso responder essa pergunta. Estive fora da cidade por um ano e retornei há dois meses. Como trabalho a tarde não tenho acompanhado a programação, o que é uma pena.

Sob o ponto de vista da utilidade pública, no seu entendimento como a Ronda Policial contribui para a formação conceitual e prática dessa questão?

A Ronda sempre foi mais que um programa policial. Era o canal em que os ouvintes mandavam recados para amigos e familiares, anunciavam a perda de animais, pediam ajuda para conseguir remédios, móveis, consulta médica. Sem contar que durante muitos anos prestava assessoria jurídica com a participação de uma advogada, que respondia diretamente algumas questões enviadas por ouvintes. Além do caráter informativo, a Ronda sempre foi um programa de utilidade pública por todas as questões citadas acima.

Com a mudança da Rádio Solar para a Rádio CBN e a conseqüente reestruturação da programação e do público-alvo, houve também modificação na forma de pensar e de produzir o programa?

Não tenho condição de responder essa questão.

Se você tivesse que dar uma sugestão para o trabalho de utilidade pública na Ronda Policial, qual seria essa sugestão?

Eu sempre fui “taxado” de repórter do vivo, do flash. Amo fazer vivo e acho que a maior riqueza do rádio é a possibilidade do repórter, por meio de um celular, passar as informações em tempo real. Não sei como está a produção do programa agora, mas uma

das coisas que eu gostaria muito de acompanhar é a presença de um repórter do programa diariamente na delegacia de Santa Terezinha complementando as informações passadas no estúdio. Tudo muda a todo instante. Às vezes uma informação apurada no meio da tarde pode não ser a mesma no horário do programa entrar no ar. E no rádio é assim. Quem sabe faz ao vivo. No fim das contas ganham os ouvintes e a emissora. Ter dois repórteres então, diante o crescimento da cidade, cada um de um ponto diferente seria bem melhor. O programa é um patrimônio para o rádio juiz-forano.

APÊNDICE F – MARCELO LIMA - entrevista ao vivo, feita no dia 22 de outubro de 2015.

Durante quanto tempo você trabalhou na Ronda?

Durante quatro anos. Eu entrei como estagiário na Ronda e quando formei, fui contratado.

Como era a Ronda no período em que você esteve no programa?

Era tudo muito corrido, como tudo no rádio. Era um trabalho de colher as informações, fazer as reportagens, escolher as pautas, ir à delegacia, buscar os boletins... Não sei se a Polícia ainda trabalha assim, mas naquela época você tinha um relatório das ocorrências das últimas horas e ali você fazia uma seleção do que poderia ser veiculado e também havia a possibilidade de entrar em contato com as vítimas. Com isso, você tinha um ponto zero, de onde poderia começar a sua reportagem. Era um trabalho de “formiguinha” mesmo, pois todos os dias era necessário ir às delegacias, colher informações dos inqueritos e entrevistar pessoas.

Como era a questão da utilidade pública na Ronda?

A utilidade pública sempre foi muito forte no programa. O Paulo César sempre teve uma preocupação muito grande em manter a utilidade pública, que é muito antiga na Ronda. Mesmo antes do Paulo César ser o apresentador esse aspecto já estava consolidado no programa.

Você sabe quantos anos a Ronda tem?

A Ronda está há mais de 30 anos no ar. Mas, não foram 30 anos ininterruptos. Inclusive, quando eu entrei como estagiário, em 2004, foi porque ela voltaria para a grade de programação da Solar. Quando eu saí da emissora, em 2008, o programa saiu do ar novamente e, há pouco tempo, a Ronda retornou. A Ronda é mais antiga do que a Rádio Solar, pois ela teve início na Rádio PRB – 3. Trata-se de um programa muito tradicional no rádio juiz-forano. Entretanto, hoje em dia, o rádio como veículo de comunicação precisa se reinventar. Não que ele tenha perdido totalmente a sua utilidade. A grande realidade é que ele perdeu espaço um pouco o espaço que tinha. Antes de termos internet e informação instantânea, o rádio era o único meio que podia transmitir as informações em tempo real. Isso fazia com que a receptividade social ao

rádio fosse muito maior do que é nos dias de hoje. O jornalista que produzia a Ronda tinha a missão de antecipar as informações como um alerta, não só para as autoridades de segurança pública para que eles tivessem noção do avanço da criminalidade e traçar estratégias para lidar com os problemas, como para a população. Hoje, a internet faz isso, instantaneamente e esse é um dos fatores que tornam difíceis as condições de sobrevivência do rádio. Não apenas em termos de conteúdo, mas também em questão de produção. Você percebe hoje uma queda no índice de anúncios publicitários, o que inviabiliza, às vezes, a execução de algumas idéias e de alguns programas. Quando eu entrei na Rádio Solar, a equipe era enorme. Havia um operador técnico de áudio para editar a sua matéria. Hoje, a realidade não é essa. O rádio precisa arrumar uma forma de se financiar.

Como você entende o trabalho do jornalista nessa área? Podemos classificá-lo atualmente como jornalista policial ou de segurança pública?

Esse jornalista tem essa função de agir como um agente mediador entre a sociedade e as autoridades de segurança pública. Eu penso que não existe grande diferença entre as nomenclaturas jornalista policial e jornalista de segurança pública. Ambas traduzem a mesma coisa. O que ocorreu foi que alguém, em algum lugar, disse que seria pejorativo utilizar o termo jornalista policial. Por isso, criou-se o termo jornalista de segurança pública. Essa é uma corrente que começou no próprio eixo governamental. Hoje não existe mais Secretaria de Segurança Pública. Hoje existe Secretaria de Defesa Social. Acredito que essa seja uma ferramenta que apenas atribui uma roupagem nova a conceitos antigos e que não acarreta mudança nenhuma.

Você pontuaria alguma diferença entre cobrir essa área e as outras do jornalismo?

É incrivelmente diferente. A editoria de polícia é uma escola tanto para quem produz as reportagens, quanto para quem apresenta. Você tem uma série de diferenças e a primeira delas é o relacionamento com a fonte. O relacionamento com a fonte é totalmente diferente das outras áreas. A base desse relacionamento é a confiança.

Além disso, você precisa demonstrar certo tipo de preparo para lidar com a informação policial. Enquanto a sua fonte não nota em você, ou ela não atribui a você, esse status de preparado para ter acesso à informação, você não consegue ter. Isso é escondido de você claramente. Eu cansei de tomar “furo” de jornal. Saíam notícias no dia seguinte no jornal sobre as quais eu não tinha conhecimento. Então, eu me perguntava: ‘porque isso está acontecendo?’ Eu fui aprendendo a me relacionar com isso. Segunda diferença: a

informação policial é a informação que todo mundo quer esconder. Várias pessoas não têm interesse em tornar público um fato policial, o que dificilmente vai ocorrer na editoria de jornalismo social, onde as pessoas estão dispostas a colaborar com o trabalho do jornalista. É um aprendizado enorme. Ouso afirmar que o jornalista que trabalha na editoria de polícia consegue trabalhar bem em qualquer outra. Quando eu atuava na Ronda, um momento que me marcou foi a primeira rebelião de presos ocorrida na penitenciária Ariosvaldo Campos Pires. A Rádio Solar assumiu um papel preponderante na negociação com os líderes. Na época, o deputado da Comissão de Direitos Humanos, Gabriel Rocha, o Biel, conversou com um preso, ambos estavam dentro da cela. O preso era líder da rebelião e começou a ficar irritado e agrediu os agentes penitenciários. O Biel tentou acalmar o líder dentro da cela e o Paulo César, do estúdio, tentou fazer o mesmo. O rádio assumiu um papel importante, porque eram vidas que estavam ali, coisa que nenhum outro veículo teria capacidade técnica para fazer. Com um celular lá dentro, a gente conseguia conversar com os presos e jogar no ar. A Rádio acompanhou a rebelião desde o primeiro momento até a saída do último refém. Felizmente, ninguém morreu. Felizmente, ninguém morreu. Todos sobreviveram com marcas psicológicas, difíceis de serem apagadas da memória.

No contexto das duas primeiras perguntas, quais as contribuições que a Ronda Policial, ao longo dos anos, deixa para o setor?

A contribuição principal da Ronda, não somente como um produto de rádio, mas também, jornalístico, é sempre estar presente nos momentos dramáticos e tristes da história da cidade, como essa rebelião na penitenciária Ariosvaldo Campos Pires, narrando os fatos de forma simples, trabalhando o aspecto social, através da utilidade pública, sempre contribuindo com as autoridades, alertando para as deficiências da segurança pública. Esse legado é histórico. Não vai se perder nunca. Infelizmente, não temos mais programas como a Ronda, porque o rádio, não somente em Juiz de Fora, está passando por um processo de sucateamento, em que os programas não possuem patrocinadores e não conseguem se manter no ar.

O que você destacaria como principais aprendizados durante este período de atuação no programa?

Eu aprendi coisas preciosas, que vou levar para minha vida inteira. Uma delas é que o limite entre o que é certo e errado e o que é crime e o que não é, é muito tênue. É uma

linha mais fina que um fio dental. O segundo aprendizado é que as pessoas que estão do lado *errado* da linha são seres humanos, que merecem ter acesso à política pública que o governo propõe quando estabelece a medida privativa de liberdade, isto é, elas deveriam ter direito à ressocialização. Hoje, sabemos que não há preocupação em transformar os infratores para que quando ele saia da prisão nunca mais cometa algum crime. Realmente, não é fácil para governo nenhum fazer isso. Mas, no Brasil, tal política inexistente. Também aprendi a me relacionar melhor com as pessoas que foram para o lado errado da linha. Existe uma série de medidas que devem ser tomadas para que as pessoas se relacionem melhor com os indivíduos que saíram da prisão. Você aprende a não julgar as pessoas pelos erros que cometeram, pois não pode transmitir sua opinião ou comentários jocosos na notícia.

Você percebe alguma modificação na linguagem do jornalismo da Ronda Policial do período em que trabalhou ao atual?

Por questão de que no horário em que o programa é veiculado eu estou no trabalho, não o acompanho atualmente.

Sob o ponto de vista da utilidade pública, no seu entendimento como a Ronda Policial contribui para a formação conceitual e prática dessa questão?

A utilidade pública sempre esteve muito presente no rádio. Acredito que a grande função social e contribuição da Ronda é a utilidade pública.

Com a mudança da Rádio Solar para a Rádio CBN e a conseqüente reestruturação da programação e do público-alvo, houve também modificação na forma de pensar e de produzir o programa?

Apesar de não acompanhar mais o programa, acredito que não tenha ocorrido nenhuma modificação significativa nesse sentido, pois o estilo e a forma de fazer jornalismo do Paulo César é o mesmo com o decorrer dos anos. A linguagem sofreu poucas alterações também. Acho que essas poucas alterações são uma forma de comunicação muito interessante para com o ouvinte.

Se você tivesse que dar uma sugestão para o trabalho de utilidade pública na Ronda Policial, qual seria essa sugestão?

Acredito que a CBN Juiz de Fora deveria seguir a tendência da rede CBN, criando um sistema de podcast, o que possibilitaria que pessoas que não têm a oportunidade de acompanhar o programa no horário da veiculação, possam acessá-lo a qualquer

momento. Isso aumentaria o alcance da rádio e potencializaria o trabalho de utilidade pública da CBN.

APÊNDICE G – VANESCA DIAS - entrevista ao vivo, feita no dia 29 de outubro de 2015.

Durante quanto tempo você trabalhou na Ronda?

Eu trabalhei na Ronda durante cinco anos. Eu comecei por acaso. Eu trabalhei durante pouco tempo na Tribuna de Minas e logo depois que eu saí do jornal, fui chamada para trabalhar na Rádio. Foi algo que eu nunca havia pensado em fazer na minha vida, apesar de ter crescido ouvindo rádio e a Ronda. Apaixonei-me pela Rádio e pela Ronda. Só que, no início, a Ronda tinha um formato quadrado. Era assim: você trazia as ocorrências da Polícia, digitava para o locutor, ele lia e acabava o programa. Com o tempo, como eu era jornalista, eu gostava muito do que eu estava fazendo, eu acabei me adaptando muito à área da Polícia e tal. Então, nós começamos a mexer. Tinha uma produtora, que era a Mônica Valentim, que não trabalhava na Ronda. Um dia, resolvemos fazer uma mudança na Ronda. Nós revolucionamos e fizemos um programa mesmo, com início, meio e fim. Nós criamos o Em dia com a Lei, que eles usam na CBN hoje e entrevista ao vivo, que não tinha antes, pois era apenas leitura de ocorrência. Então, tinha que ter todos os dias uma entrevista ao vivo e um destaque no final da Ronda. Nesse momento, a Ronda se tornou um programa mais elaborado.

Como era o seu dia-a-dia na Rádio durante o período em que você esteve na Ronda?

Era muito corrido. As pessoas quando saem da faculdade acreditam que vão para o Jornal Nacional e que a área policial não era jornalismo. Eu era muito bem informada, sabia tudo o que acontecia na cidade. Hoje, quando eu vejo a editoria de polícia em Juiz de Fora, eu fico triste, pois vejo que não existe mais o que eu fazia. Os jornalistas de hoje se limitam com as notícias do boletim de ocorrência, fornecido pela assessoria de imprensa. Minha fonte nunca foi assessoria de imprensa. Eu cobrava medidas das autoridades. O caso do Elias Maluco, quem descobriu onde ele estava escondido fui eu. Eu noticiei em primeira mão em Juiz de Fora e no Brasil inteiro. Ele estava escondido em Mar de Espanha, aqui perto. E eu coloquei na Ronda Policial mesmo.

No jornal, eles tinham o editor que lia a matéria antes da mesma ser publicada. Com a Ronda, eu não passava por isso. Eu chegava à Rádio antes do programa, isso quando fazia minha participação por telefone, e não precisava me explicar para ninguém. Apenas entregava as notícias escritas para o Paulo César ou o motorista da Rádio levava as ocorrências para a Rádio e a editora digitava e entregava para o apresentador. Ele

sempre me oferecia respaldo em tudo. Eu chegava à Rádio às 13h e já ia para a delegacia, atrás das ocorrências. Às vezes, eu voltava às 18h ou 19h. Eu acredito que não exista veículo de comunicação mais eficaz do que o rádio, nem mesmo a internet.

Como você entende o trabalho do jornalista nessa área? Podemos classificá-lo atualmente como jornalista policial ou de segurança pública?

Eu acredito que seja mais um jornalista de segurança pública, porque o jornalismo policial tem um caráter investigativo, que se perdeu nos dias atuais. O jornalismo se tornou mais amplo, mas sofreu essa perda em algum momento da história. A área policial era como sacerdócio. Não tinha horário para acontecer, local ou horário para ir para casa. Você vivia aquele jornalismo 24 horas por dia. O jornalismo político se aproxima um pouco do policial, pois ambos os profissionais dessa área não podem mudar de editoria. Eles vivem da confiança da fonte. São criados laços de respeito, afetivos e de confiança. Os grandes jornalistas da polícia e da política são aqueles que têm grandes fontes.

Muitas vezes, eu omitia determinada notícia do editor, porque a fonte pedia para não noticiar o fato naquele momento. Eu vivia uma duplicidade muito grande, uma vez que eu não podia trair a minha fonte e ficava com medo de alguém descobrir o fato e divulgá-lo antes de mim. Como eu aprendi a lidar com isso, eu ganhei a confiança das minhas fontes.

Você pontuaria alguma diferença entre cobrir essa área e as outras do jornalismo?

É totalmente diferente. Uma matéria investigativa nunca será igual à outra, devido aos laços de confiança e amizade. E não são todas as editorias que têm isso.

No contexto das duas primeiras perguntas, quais as contribuições que a Ronda Policial, ao longo dos anos, deixa para o setor?

São muitas as contribuições, que vão desde a instantaneidade ao comprometimento com sociedade e ao serviço de utilidade pública. Esse serviço ajudou muita gente. Inclusive, ajudou muitos presos, que escreviam cartas para o programa e reclamavam das condições do local, entre outras coisas. Teve um caso de um traficante, muito temido em Juiz de Fora, que estava preso quando a filha dele desapareceu. Ele me ligou desesperado e pediu ajuda. Nós anunciamos o desaparecimento na Ronda e, depois de algum tempo, a menina apareceu. Nós nunca pedimos nada no programa que não foi conseguido.

O que você destacaria como principais aprendizados durante este período de atuação no programa?

Quando eu saí da Ronda, eu me sentia pronta para atuar em qualquer área do jornalismo. Eu me senti pronta para tudo. Entrava ao vivo sempre, não tinha tempo para editar as sonoras, não tinha tempo de escrever as ocorrências, apenas lia para me inteirar do assunto. Por isso, não havia novidade para mim. Tornei-me mais solidária após passar pela Ronda.

Você percebe alguma modificação na linguagem do jornalismo da Ronda Policial do período em que trabalhou ao atual?

A linguagem ficou mais *quadrada*, menos dinâmica. Eu sinto que o programa está no ar apenas para preencher a grade de programação, não pela grandiosidade do programa mesmo.

Sob o ponto de vista da utilidade pública, no seu entendimento como a Ronda Policial contribui para a formação conceitual e prática dessa questão?

A utilidade pública se constitui como um fator importante para a Ronda Policial. O quadro Em Dia com a Lei ajudou muitas pessoas. Tínhamos que organizar os pedidos de doações por ordem de chegada e nem sempre conseguíamos atender á todos em um dia.

Com a mudança da Rádio Solar para a Rádio CBN e a conseqüente reestruturação da programação e do público-alvo, houve também modificação na forma de pensar e de produzir o programa?

Não tem como responder essa pergunta, pois não escuta mais o programa.

Se você tivesse que dar uma sugestão para o trabalho de utilidade pública na Ronda Policial, qual seria essa sugestão?

Por não acompanhar o programa, não tenho condição de responder com relação à utilidade pública na Ronda Policial. Mas, percebo na programação da Rádio que seria interessante que os repórteres fizessem mais entrevistas ao vivo, para atribuir mais dinamicidade aos programas da Rádio CBN.

APÊNDICE H – CLAUDIA FIGUEIREDO - entrevista por email, feita no dia 17 de novembro de 2015.

Como você entende o trabalho do jornalista nessa área? Podemos classificá-lo atualmente como jornalista policial ou de segurança pública?

É um trabalho de uma editoria especializada, que também demanda boa apuração e, muitas das vezes, técnicas do jornalismo investigativo. Hoje, já há tendência a classificá-lo como jornalismo de segurança pública, defendido por pesquisadores da área.

Você pontuaria alguma diferença entre cobrir essa área e as outras do jornalismo?

As técnicas jornalísticas são as mesmas, mas eu pontuo que o jornalista desta editoria deva se dedicar a esta atividade quase que com exclusividade, pois muitas das informações são conseguidas através de uma relação de confiança entre as fontes das polícias e o repórter.

No contexto das duas primeiras perguntas, quais as contribuições que a Ronda Policial, ao longo dos anos, deixa para o setor?

O programa é uma radiografia dos índices de violência da cidade. Embora o programa nunca consiga divulgar todos os delitos registrados nas polícias, ele dá conta das ocorrências de destaque.

O que você destacaria como principais aprendizados durante este período de atuação no programa?

No contexto das diversas realidades sociais da cidade, deparar-me, de maneira tão lúcida, com uma Juiz de Fora hostil, forçou-me a manter meus pés no chão, alterando meu olhar para o outro e para o fato. Desta forma, colocar-me no lugar do outro tornou-se uma atividade diária no exercício do meu trabalho. E isso alterou o fazer jornalístico, pois o ponto de vista das minhas matérias deixou de ser o meu lugar (branca, classe média). Não que a imparcialidade deixou de ser buscada, mas ter uma visão pluralizada elevou a qualidade da informação.

Você percebe alguma modificação na linguagem do jornalismo da Ronda Policial do período em que trabalhou ao atual?

Sim. Embora a linguagem coloquial seja utilizada no rádio, há um cuidado maior com o conteúdo.

Sob o ponto de vista da utilidade pública, no seu entendimento como a Ronda Policial contribui para a formação conceitual e prática dessa questão?

É papel do rádio a prestação de serviços de utilidade pública, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Com a mudança da Rádio Solar para a Rádio CBN e a conseqüente reestruturação da programação e do público-alvo, houve também modificação na forma de pensar e de produzir o programa?

Sim. Há preocupação em debater a segurança pública e apontar soluções.

Se você tivesse que dar uma sugestão para o trabalho de utilidade pública na Ronda Policial, qual seria essa sugestão?

O jornalismo de serviço é um material útil, prático e, embora nem sempre tenha o sentido de urgência, induz o receptor a atuar. Ter formas de medir esse *feedback* seria maravilhoso. Neste sentido, as pesquisas acadêmicas têm ajudado substancialmente.

APÊNDICE I – REGINA CAMPOS - entrevista por email, feita no dia 23 de novembro de 2015.

Como você entende o trabalho do jornalista nessa área? Podemos classificá-lo atualmente como jornalista policial ou de segurança pública?

Nas redações, costumamos chamar de jornalista policial. Entendo que o trabalho desse profissional deve ser pautado em cima de informações oficiais (Boletins de ocorrência, queixas registradas na delegacia, inquéritos ou processos) para não correr o risco de passar informação errada e se preservar, caso haja processos contra o veículo. É importante que o jornalista tenha responsabilidade para não divulgar rosto, nomes ou dados que identificam o suposto criminoso enquanto ele ainda é considerado suspeito. É importante ainda ter bom senso ao abordar vítimas, impedindo, em alguns casos, que elas sejam identificadas para evitar possíveis retaliações. Fazer julgamentos é um erro que pode comprometer os fatos.

Você pontuaria alguma diferença entre cobrir essa área e as outras do jornalismo?

Em todas as áreas, é preciso responsabilidade, cautela, apuração precisa e boas fontes. O jornalista precisa estar sempre seguro de suas informações para não cair em descrédito. Voltar ao ar para corrigir uma informação errada é péssimo para o profissional e para o veículo. Além disso, quem ouviu a informação errada pode não estar ligado quando o fato for corrigido.

No contexto das duas primeiras perguntas, quais as contribuições que a Ronda Policial, ao longo dos anos, deixa para o setor?

Muito além de informar, a Ronda tem a função social de esclarecer a população sobre seus direitos, além da assistência social que o programa sempre realizou.

O que você destacaria como principais aprendizados durante este período de atuação no programa?

Quando comecei no programa eu ainda era muito jovem, estava na faculdade, fui fazendo e aprendendo. Foi um período importante na minha vida. Como profissional, você aprende a lidar com o imprevisto, com a notícia que vai se atualizando no decorrer do programa, a entrevistar todo tipo de pessoa e em todo tipo de situação, favorável ou

não. E como cidadã, ajudou no meu amadurecendo. Se deparar com as mazelas da sociedade, entender as maldades que rondam o mundo do crime, entender que, muitas vezes, as pessoas podem querer te influenciar ou intuir você a um raciocínio favorável a ela. Foi um período de amadurecimento pessoal e profissional.

Você percebe alguma modificação na linguagem do jornalismo da Ronda Policial do período em que trabalhou ao atual?

A Ronda vai ao ar no período em que estou no jornal trabalhando, por isso, não acompanho mais. Mas, muita coisa mudou, com certeza. Trabalhei na época em que não tinha computador, internet e telefone celular. As ocorrências eram feitas à mão e lidas uma a uma pelo repórter. Passávamos mais de duas horas na sala de imprensa do 2º BPM copiando à mão as ocorrências de destaque, que já haviam sido separadas por um policial destacado somente para atender a imprensa. Depois, passávamos na delegacia para acompanhar as investigações e gravar entrevistas com os delegados. Além disso, a cidade não era violenta como é hoje. Um assassinato era raro, e, quando acontecia, era a grande manchete do dia. Acompanhávamos as investigações mais de perto, pois os casos eram poucos.

Sob o ponto de vista da utilidade pública, no seu entendimento como a Ronda Policial contribui para a formação conceitual e prática dessa questão?

A utilidade pública sempre foi uma questão muito preciosa para mim. Era gratificante ver como as pessoas eram solidárias aos pedidos feitos na rádio. Muitas vezes, fui pessoalmente pegar as doações e encaminhá-las ao destinatário. Costumava, dependendo do caso, fazer uma matéria, com entrevistas, baseada nos pedidos feitos na ronda. Remédios, roupas, material de construção e eletrodomésticos, muita coisa era doada na Ronda. Uma vez, ao ir buscar uns remédios doados, o senhor agradeceu pela oportunidade que a Ronda estava dando a ele de fazer o bem. Esse também é o nosso papel, eu acredito.

Com a mudança da Rádio Solar para a Rádio CBN e a conseqüente reestruturação da programação e do público-alvo, houve também modificação na forma de pensar e de produzir o programa?

Prefiro não responder essas duas últimas perguntas por não acompanhar o trabalho feito hoje

Se você tivesse que dar uma sugestão para o trabalho de utilidade pública na Ronda Policial, qual seria essa sugestão?

